



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LUCIENE DE LIMA SANTOS

**POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO
SERTÃO DO PAJEÚ-PE: ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DO
CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017**

SERRA TALHADA
2022

LUCIENE DE LIMA SANTOS

**POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO
SERTÃO DO PAJEÚ-PE: ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DO
CENSO 2017**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas da Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Orientadora: Dra. Patrícia Ribeiro de Souza

SERRA TALHADA
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237p

Santos, Luciene de Lima

Política de crédito rural e agricultura familiar no Sertão do Pajeú-PE: Análise a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017 / Luciene de Lima Santos. - 2022.
69 f. : il.

Orientadora: Patricia Ribeiro de Souza.
Inclui referências e anexo(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em Ciências Econômicas, Serra Talhada, 2023.

1. Agricultura familiar. 2. Nordeste. 3. Crédito Rural. 4. Pronaf. 5. Sertão do Pajeú. I. Souza, Patricia Ribeiro de, orient. II. Título

CDD 330

LUCIENE DE LIMA SANTOS

**POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO
SERTÃO DO PAJEÚ-PE: ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DO
CENSO 2017**

MONOGRAFIA APROVADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA
OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHAREL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA, UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DE PERNAMBUCO, PELA SEGUINTE BANCA EXAMINADORA:

Banca Examinadora

Orientadora: Dra. Patrícia Ribeiro de Souza
Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE

Examinadora: Dra. Priscila Michelle Rodrigues Freitas
Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE

Examinadora: Msc. Keila Sonale Silva
Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE

Serra Talhada – PE, ____ de _____ de 20__

AGRADECIMENTOS

Mais um ciclo se encerra e foram muitos desafios/oportunidades que me fizeram crescer como pessoa e como profissional. Eu jamais teria chegado até aqui sem ajuda de diversas pessoas que contribuíram para que tudo isso fosse possível.

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me abençoado durante toda a jornada, desde o momento de saída de casa até o meu retorno e por ter me fortalecido em diversos momentos que pensei em desistir.

Agradeço aos meus pais, Maria e Antônio, por todo o apoio e cuidado, até nos mínimos detalhes, em fazerem/pedirem silêncio mesmo com a casa cheia para que eu pudesse me concentrar nos estudos. Aos meus irmãos que sempre me deram palavras de incentivo. E a todos os meus familiares que torcem por mim.

Agradeço aos meus colegas e amigos, que tornaram a trajetória mais leve. Em especial a Luana e Felipe, que sempre estiveram comigo realizando trabalhos ou estudando para as provas. Ao meu amigo e namorado Romário Elias, que foi essencial em todo o meu percurso, sempre me encorajando e me incentivando.

Agradeço imensamente a REK, a todos os seus colaboradores e especialmente a minha madrinha Rosemarie Bachmann e ao senhor Ralf, que foi essencial em minha vida e da minha família, e para que esse ciclo fosse concluído. Minha eterna gratidão!

Agradeço de coração a minha orientadora Patrícia, por ter aceitado o convite, por toda sua paciência, empenho e contribuição para a finalização dessa importante etapa na minha vida.

RESUMO

A atividade agropecuária se consolidou como um dos principais setores econômicos do país, sobretudo na região Nordeste, onde há forte presença da agricultura familiar. O crédito rural é a principal fonte de incentivo para essa atividade, sendo o PRONAF um programa de destaque, por atender os pequenos agricultores nas modalidades de crédito para investimento, custeio, comercialização e manutenção. O objetivo geral deste trabalho consistiu em analisar os instrumentos de crédito rural utilizados pelos estabelecimentos da agricultura familiar da microrregião do Sertão do Pajeú – PE, através dos dados do Censo Agropecuário de 2017. A metodologia incidiu no mapeamento dos 17 municípios da microrregião, onde os dados do censo foram coletados, tabulados, organizados em gráficos via o programa Excel 2010 e analisados de forma descritiva. Como resultados obtidos, os estabelecimentos agropecuários que mais contrataram o crédito, obtiveram um resultado positivo os quais foram os municípios de: Serra Talhada, Flores, Tabira, Afogados da Ingazeira, Carnaíba e São José do Egito, possuindo uma maior quantidade de estabelecimentos com produção e com pequena parte voltada à comercialização. Entre as modalidades, a de investimento foi a mais utilizada por todos os municípios, revelando um foco maior para a realização de melhorias na infraestrutura do local, na compra de equipamentos e de animais. Por outro lado, a modalidade de comercialização é a menos utilizada por esses estabelecimentos, indicando que encontram dificuldades para destinar sua produção ao mercado local e regional. Apesar disso, a abrangência do crédito rural ainda é muito baixa pelos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar da microrregião e no geral, a principal finalidade da produção dos estabelecimentos é voltada para a própria subsistência. Sendo assim, o crédito possui grande importância para o desenvolvimento da atividade agropecuária, contudo é necessário melhorias e acompanhamento dos agricultores contratantes, a fim de romper barreiras para maior efetividade e amplitude de acesso ao crédito rural.

Palavras chaves: Agricultura familiar; Nordeste; Crédito Rural; Pronaf; Sertão do Pajeú.

ABSTRACT

Agricultural activity has consolidated itself as one of the main economic sectors in the country, especially in the Northeast region, where there is a strong presence of family farming. Rural credit is the main source of incentive for this activity, with PRONAF being a prominent program, for serving small farmers in the modalities of credit for investment, funding, marketing and maintenance. The general objective of this work was to map the rural credit instruments used by family farming establishments in the Sertão do Pajeú micro-region - PE, through data from the 2017 Agricultural Census. Census data were collected, tabulated, organized into graphs using the Excel 2010 program and analyzed descriptively. As results obtained, the agricultural establishments that most contracted the credit, obtained a positive result, which were the municipalities of: Serra Talhada, Flores, Tabira, Afogados da Ingazeira, Carnaíba and São José do Egypt, having a greater number of establishments with production and with a small part dedicated to commercialization. Among the modalities, investment was the most used by all municipalities, revealing a greater focus on making improvements to the infrastructure of the place, in the purchase of equipment and animals. On the other hand, the commercialization modality is the least used by these establishments, indicating that they find it difficult to allocate their production to the local and regional market. Despite this, the scope of rural credit is still very low for family farming establishments in the micro-region and, in general, the main purpose of the establishments' production is aimed at their own subsistence. Therefore, credit is of great importance for the development of agricultural activity, however, improvements and monitoring of contracting farmers are necessary, in order to break barriers for greater effectiveness and breadth of access to rural credit.

Keywords: Family farming; North East; Rural credit; Pronaf; Sertão do Pajeú.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN – BANCO CENTRAL

BASA – BANCO DA AMAZÔNIA

BB – BANCO DO BRASIL

BNB – BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DAP – DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF

LCA – LETRAS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO

MCR – MANUAL DE CRÉDITO RURAL

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PAA – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

PAP – PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO

PNCF – PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO

PNRA – PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

PRONAF – PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

PRONAMP – PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO MÉDIO PRODUTOR RURAL

RD – REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO

VAB – VALOR ADICIONADO BRUTO

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco	31
--	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Condição do produtor (a) em relação às terras segundo os tipos e definições utilizados pelo IBGE.	28
QUADRO 2 – Grupos de atividade econômica investigados pelo IBGE	28
QUADRO 3 – Finalidades de financiamento do Pronaf e definição segundo metodologia do IBGE	29
QUADRO 4 – Variáveis utilizadas de atividade	30

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Percentual de estabelecimentos da agricultura familiar que recebeu financiamento via PRONAF no Brasil, Nordeste e Pernambuco – 2017.	24
TABELA 2 – Tabela 2: População estimada dos municípios do Sertão do Pajeú em 2018, segundo o IBGE	32
TABELA 3 – PIB, VAB agropecuário e PIB per capita dos municípios do Sertão do Pajeú em Modalidades de financiamento no Pronaf - B (por unidades de estabelecimentos) nos municípios da microrregião do Sertão do Pajeú em 2017	37
TABELA 5 – Perfil da agricultura familiar contratante do crédito do Pronaf – B no Sertão do Pajeú nas quatro modalidades em 2017	39
TABELA 6 – Modalidades de financiamento no Pronaf - V (por unidades de estabelecimentos) nos municípios da microrregião do Sertão do Pajeú em 2017	40
TABELA 7 – Perfil da agricultura familiar contratante do crédito do Pronaf – B no Sertão do Pajeú nas quatro modalidades em 2017	42
TABELA 8 – : Principal finalidade da produção agropecuária do estabelecimento familiar (em unidades de estabelecimentos)	50

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Quantidade de estabelecimentos agropecuários nos municípios do Sertão do Pajeú.....	35
GRÁFICO 2 – Estabelecimentos agropecuários (Pronaf – B e Pronaf – V) e contratações (Pronaf – B e Pronaf – V) no Sertão do Pajeú	36
GRÁFICO 3 – Origem do crédito para agricultura familiar Pronaf-B e Pronaf-V	43
GRÁFICO 4 – Atividades econômicas agropecuárias e o crédito rural - PRONAF – B	45
GRÁFICO 5 – Atividades econômicas agropecuárias e o crédito rural do PRONAF – V ..	47

GRÁFICO 6 – Estabelecimentos agropecuários que captaram o crédito rural (Pronaf-B e Pronaf – V) e os hectares médios das propriedades rurais	48
GRÁFICO 7 – Produção agropecuária e o número de estabelecimentos que fizeram contratações de crédito	49

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Justificativa.....	13
1.1.1 Região de estudo.....	15
1.2 Hipóteses:	16
1.3 Objetivos	17
1.3.1 Objetivo Geral	17
1.3.2 Objetivos Específicos.....	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 A agricultura familiar e a importância do crédito rural	18
2.2 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e as modalidades de crédito rural.....	21
3. METODOLOGIA	26
3.1 Delimitações da área de estudo	26
3.2 Fonte dos dados	26
3.2.1 Método de análise dos dados	27
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	31
4.1. Caracterização da Agricultura Familiar no Sertão do Pajeú	31
4.2 Modalidades do crédito rural (Pronaf B e Pronaf V) nos municípios do Sertão do Pajeú ..	36
4.3. O crédito rural (Pronaf - B e Pronaf-V): suas modalidades, tipos de atividades agropecuárias, áreas dos estabelecimentos e o principal destino da produção.....	43
5. CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56
ANEXOS.....	62
ANEXO A.....	62
ANEXO B.....	63
ANEXO C	64

1. INTRODUÇÃO

O setor agropecuário brasileiro, historicamente, se consolidou como um dos mais relevantes setores econômicos a nível nacional e tem expressiva importância na oferta de *commodities* no mercado internacional. Sendo assim, este setor econômico é responsável pela geração de emprego e renda, além da promoção da segurança alimentar nacional, pois produz diversos bens que são a base da cadeia de produção de alimentos, ou seja, soja, cana-de-açúcar, milho, café e carnes, por exemplo.

Segundo Carneiro e Lima (2019), no Nordeste, quando se fala em produção de *commodities*, o produto destaque é a cana-de-açúcar nos estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Ademais, tem-se o algodão com plantios nos estados da Bahia, em menor escala no Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte; outro cultivo importante é a soja e o milho nos estados do Maranhão, Bahia e Piauí.

Historicamente, a região é marcada pela heterogeneidade intrarregional, desde aspectos socioeconômicos, climáticos e culturais. No âmbito rural, tem a mesma tendência, segundo o estudo realizado pelo Instituto Interamericano para Cooperação na Agricultura - IICA: entre os 26 tipos de territórios rurais identificados no Brasil, exatamente 11 estão na região Nordeste. Essa grande diversidade de territórios rurais mostra que há grande assimetria no meio rural, havendo uma dinâmica de desenvolvimento distinta ao longo do tempo, e que há características peculiares em determinadas regiões que favorecem mais algumas regiões do que outras. (GRISA et al.; 2017).

A atividade agropecuária é uma das principais atividades econômicas desenvolvidas no Nordeste, tendo como base, segundo Moura *et al.* (2007), a pecuária extensiva e os estabelecimentos do tipo agricultura familiar, a qual é caracterizada por apresentar baixo rendimento e enfrentar longos períodos de estiagens que comprometem a produção, causando a perda das safras e dos animais. Segundo Aquino, Alves e Vidal (2020), a agricultura familiar é uma importante categoria para a região, pois é responsável pelas principais ocupações e produção no meio rural. Sua representatividade é destaque nacional, pois de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, cerca de 76,8% dos estabelecimentos rurais do Brasil eram da agricultura familiar e, destes, 47,2% estavam instalados no Nordeste, além do mais, dos 1.838.846 estabelecimentos rurais localizados na região, cerca de 79,2% pertenciam à esta classe. (IBGE, 2017).

Para Aquino et al. (2020), o fato da região apresentar características peculiares quanto ao clima, história, condição geográfica, cultural e institucional diferenciadas das demais regiões do país são motivações que implicam na necessidade de utilização de

políticas públicas diferenciadas a fim de mitigar os índices altos de pobreza no meio rural e os resultados de longos períodos de estiagens. Assim, as políticas de apoio à produção e proteção social são importantes para a reprodução da agricultura familiar e criar um ambiente estável na sociedade.

No entanto, a agricultura familiar nem sempre teve essa denominação, anteriormente à década de 1990, recebeu nomes como: pequeno produtor, produtor de subsistência, produtor de baixa renda e campesinato. Foi somente a partir da década de 1990 que a agricultura familiar foi institucionalizada pelo Estado por meio da criação do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura em 1995, que tornou uniforme a classificação desse tipo de agricultor, permitindo um olhar construtivista no âmbito das políticas agrícolas.

Sendo assim, diversas políticas agrícolas foram criadas ao longo do tempo que contribuíram para o desenvolvimento do setor agropecuário, beneficiando, primordialmente, os pequenos produtores familiares. Dentre elas, a política de crédito rural é considerada a mais importante, pois propicia o financiamento das atividades de custeio, investimento e comercialização da produção, gerando impactos positivos na quantidade ofertada, produtividade, renda e postos de trabalho. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2019), este setor possui forte dependência do crédito, e a sua utilização para o financiamento das atividades contribui para bons resultados dos indicadores de desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário, o qual, ao longo dos últimos doze anos-safra, cresceu cerca de 3,0% ao ano.

Nesse sentido, o PRONAF é programa do agricultor familiar. Apesar de grandes quantidades de recursos financeiros serem destinados para esse programa, todos os anos, de acordo com Freitas et al. (2020), é notável a persistente continuidade da má distribuição destes recursos no território nacional. Contudo, pode-se citar que um dos entraves para este acesso dos agricultores familiares ao crédito está relacionada com suas restrições financeiras, principalmente, no Nordeste do Brasil, uma vez que, a concentração da aplicação dos recursos ocorre onde predomina agricultores familiares mais organizados, mais capitalizados e com maior apoio do Estado¹, como aborda Aquino e Schneider (2015). Ademais, os autores anteriormente citados, abordam que a agricultura comercial é beneficiada com o maior volume de recursos, os quais possuem uma distribuição focada

¹ Como trata os autores citados, o apoio do Estado se caracteriza, por exemplo, em conceder de maneira eficiente assistência técnica e extensão rural pública para a elaboração dos projetos dos agricultores familiares, e ainda no acompanhamento dos beneficiários do programa.

para uma ótica produtivista, e que mesmo a maior parcela dos estabelecimentos estejam localizados no Nordeste do Brasil, os recursos são destinados para as regiões centro-sul no Brasil.

Os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2022), comprovam a afirmação anterior, pois a região Nordeste, ao longo da história recente, foi destaque na grande quantidade de contratos realizados. No Plano Safra 2021/2022, o Nordeste obteve um percentual de 37,2%, o Sul de 33,7%, o Sudeste de 16,6%, o Centro-Oeste de 7,6% e o Norte, com 4,9%. Embora o Nordeste apresente a maior quantidade de contratos, recebem valores contratados muito abaixo das demais regiões, enquanto que a região Sul se destaca com o maior volume de recursos, pois, juntamente com o Centro-oeste e Sudeste, receberam no Plano Safra 2021/2022 um total de 83,68% dos valores monetários destinados para este Plano.

Em síntese, esta monografia tem a seguinte estrutura: esta introdução que delimita o tema, seguido da justificativa, problema de pesquisa, hipóteses e objetivos geral e específico. Adiante, o referencial teórico está subdividido em duas seções: iniciando com a agricultura familiar e a importância do crédito rural e, na próxima seção aborda o PRONAF e as modalidades de crédito rural, em seguida, tem-se a metodologia, resultados e discussões, conclusão, referências bibliográficas e por fim, os anexos desta pesquisa.

1.1 Justificativa

Ao longo do processo histórico, a atividade agropecuária brasileira não se desenvolveu de forma simétrica entre as cinco macrorregiões do país, até mesmo dentro da própria macrorregião, é o que se pode notar entre as cidades litorâneas e do interior nordestino. Por exemplo, nas cidades litorâneas, o setor se desenvolveu de forma mais moderna e dinâmica, voltado para *commodities* (cana-de-açúcar). Por outro lado, nas cidades interioranas, que fazem parte da região de clima semiárido, o setor rural apresentou uma baixa a moderada dinâmica, tendo empreendimentos rurais voltados para o mercado local e regional e outros empreendimentos voltados para a subsistência das famílias rurais.

A agricultura familiar tem uma grande representatividade na macrorregião nordestina. Apresenta também grande importância para a região do Semiárido, pois 84,3% dos estabelecimentos são do tipo familiares. Na região, existem muitos produtores pouco capitalizados, com baixa capacidade de oferta produtiva, pouca assistência técnica e com dificuldades de ofertar no mercado. Nesse contexto, as políticas agrícolas são de extrema importância para fomentar e estimular a atividade agropecuária e, conseqüentemente, promover a redução de desigualdades regionais através da promoção do desenvolvimento do

meio rural, ou seja, possibilitar mudanças estruturais na economia que resultem no maior bem-estar para os indivíduos.

Diante disso, os instrumentos de políticas agrícolas são ferramentas fundamentais para impulsionar a atividade agropecuária, segundo Costa e Filho (2018) entre as existentes, o crédito rural consiste na principal política². Segundo os autores, este tipo de crédito pode contribuir para a modernização e adoção de novas tecnologias, possibilitando um impacto positivo na produção no médio e longo prazos. Diversas pesquisas conseguem mensurar a importância e o impacto do crédito rural na atividade agropecuária. Por exemplo, os estudos de Santos e Braga (2013) ao utilizarem os microdados do Censo Agropecuário de 2006, analisando por meio do método do *propensity score matching*, objetivaram medir o impacto do crédito rural na produtividade da terra e do trabalho em todo o território brasileiro, sendo assim, os resultados demonstraram que existe um efeito positivo apenas para a região Nordeste e negativo para as demais.

Ademais, estudos realizados por Santana et al. (2018), com base nos dados do Banco Central do Brasil (BACEN) e utilizando o ArcMap 10.1, investigam a espacialização do crédito rural oficial para as macrorregiões do país. Como resultados, obteve-se uma concentração na macrorregião Sul, que juntamente com a do Centro-Oeste e do Sudeste tem a centralização dos recursos, destinados principalmente ao custeio das lavouras. Já a macrorregião Nordeste tem destaque com o maior número de contratos na modalidade de investimento, no entanto, os valores são muito inferiores às demais macrorregiões do país, com exceção do Norte que também apresenta baixos valores.

Ao analisar o desempenho produtivo dos produtores agropecuários do Brasil, Freitas et al. (2020), utilizou como uma das variáveis o VBP - Valor Bruto da Produção.³ Para tal, foram utilizados dados do Censo Agropecuário 2017 com o método empírico de balanceamento por entropia e fronteira estocástica de produção. Os autores verificaram que, independentemente do tipo de crédito analisado, estabelecimentos representativos que recebam a maior quantidade de crédito também apresentavam maior nível no Valor Bruto da Produção.

² Outras opções de políticas econômicas citadas por Costa e Filho (2018) são: o planejamento agrícola, a política de garantia de preços mínimos e o seguro social.

³ O VBP, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento (2022) “É calculado com base na produção agrícola e pecuária e nos preços recebidos pelos produtores nas principais praças do país dos 26 maiores produtos agropecuários nacionais”, sendo possível por meio dele, observar a evolução do desempenho do setor.

Estudos recentes revelam a importância do PRONAF, como a principal política de crédito rural. Pereira (2017), em seu estudo de caso realizado no município de SUMÉ-PB, utilizando como metodologia a pesquisa descritivo exploratório, com análise bibliográfica e documental, de natureza quali-quantitativa e aplicação de questionários. Constatou a importância socioeconômica do PRONAF, o qual impacta positivamente na qualidade de vida e bem-estar dos agricultores familiares, proporcionando aumento na renda e contribuindo para o desenvolvimento da localidade.

Por meio do estudo realizado por Dias et. al. (2022) sobre as lavouras temporárias do Nordeste, no período de 2012 a 2017, foi demonstrado que o uso do crédito rural, apesar de pouca contratação pelos agricultores familiares, havia influencia positiva desse financiamento na produção e no valor bruto da produção total das lavouras temporárias. E que o crédito do PRONAF era destinado em maiores volumes para as localidades com menor precipitação de chuvas, no caso, o semiárido e polo de irrigação, e por isso tendem a enfrentar maiores dificuldades produtivas.

Aquino et al. (2021) buscaram detectar o desempenho das políticas públicas como o PRONAF e o Garantia Safra. Entre os anos de 2010 a 2019, para a macrorregião Nordeste e, principalmente, seu papel diante das estiagens, como forma de adaptação da agricultura familiar. Para esse fim, recorreu-se à parte da literatura sobre o tema, à compilação de estatísticas censitárias e à tabulação de dados oficiais. Os resultados mostraram que essas políticas contribuíram para a ampliação da produção e da segurança alimentar dos agricultores familiares de baixa renda. Por sua vez, com os investimentos realizados, foi possível estabilizar a manutenção da participação da agricultura familiar nas principais cadeias de produção da agropecuária nordestina.

Diante dos exemplos supracitados, é possível identificar a importância do crédito rural para a agricultura familiar, pois fomenta a produção através da utilização das modalidades de crédito para investimentos, custeio, comercialização e manutenção. Assim, esta monografia tem a seguinte problemática: qual o impacto da implementação das modalidades de crédito rural na produção agropecuária dos estabelecimentos da agricultura familiar dos municípios do Sertão do Pajeú?

1.1.1 Região de estudo

O Sertão do Pajeú faz parte da divisão do território pernambucano estabelecida por Regiões de Desenvolvimento (RD's), através da Lei Estadual nº 12.427, de 25/09/2003, ao

todo, são 12 RD's, a saber: Araripe, Agreste Central, Agreste Meridional, Agreste Setentrional, Mata Sul, Mata Norte, Metropolitana, Moxotó, Itaparica, São Francisco, Sertão Central e Sertão do Pajeú. A microrregião do Sertão do Pajeú abrange 17 municípios do Estado, são eles: Afogados da Ingazeira, Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Flores, Iguaracy, Ingazeira, Itapetim, Quixaba, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, São José do Egito, Serra Talhada, Solidão, Tabira, Triunfo e Tuparetama. Abrangendo uma área de aproximadamente 13.350,30 km², que corresponde a 13,61% do território pernambucano.

Esta região foi escolhida para estudo, devido a grande deficiência de análises com esta temática para a região, o que dificulta a adoção de melhorias para o setor, como também, a adoção de políticas públicas, uma vez que a atividade agropecuária possui destaque nos municípios do Sertão do Pajeú. Com isso, esta pesquisa busca contribuir com o acervo de informações para a sociedade (setor privado e público), a fim de que conheçam as características e desafios enfrentados pelos agricultores familiares desta microrregião pernambucana.

1.2 Hipóteses:

Os municípios que realizaram mais contratos obtiveram uma maior oferta de produtos agropecuários em comparação com aqueles que realizaram poucas contratações de crédito rural.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar os instrumentos de crédito rural utilizados pelos estabelecimentos da agricultura familiar da microrregião do Sertão do Pajeú – PE, através dos dados do Censo Agropecuário de 2017.

1.3.2 Objetivos Específicos

a) verificar a distribuição de crédito rural nas modalidades: investimento, custeio, comercialização e manutenção;

b) captar o perfil dos agricultores familiares e quais os grupos de atividade econômica são beneficiados;

c) observar a produção agropecuária e os dados das contratações de crédito rural dos estabelecimentos da agricultura familiar da microrregião do Sertão do Pajeú-PE.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A agricultura familiar e a importância do crédito rural

A agricultura familiar, ao longo da história, está marcada pela repercussão ferrenha dos movimentos sociais e instituições para criação de políticas direcionadas, especificamente, para o desenvolvimento do setor. No entanto, mesmo diante de tantas reivindicações dos diversos atores sociais, persistiam os interesses dos agricultores patronais que, por meio do Estado, conseguiam interferir no desenvolvimento das políticas públicas.

As transformações tiveram início, mais precisamente, a partir da década de 1990, onde a agricultura familiar ganhou legitimidade e se consolidou na sociedade. A partir de mobilizações sociais, como O Grito da Terra Brasil, em 1994, grandes mudanças marcaram a história do Brasil, pois iniciou as exigências para a criação de políticas específicas para a agricultura familiar e, concomitantemente, a participação ativa destes na construção dessas políticas (SCHNEIDER; GRISA, 2015).

Segundo Schneider e Cassol (2014), fatos como a estabilidade macroeconômica e o controle da inflação após o Plano Real de 1994, foram determinantes para essas mudanças, como também a promulgação da Constituição de 1988 que, com suas diretrizes e leis, possibilitou uma nova perspectiva para os agricultores familiares, já que houve o reconhecimento de direitos e uma participação social ativa da classe.

A agricultura familiar recebeu ao longo dos anos muitas denominações, mas foi somente a partir da promulgação da lei de Agricultura Familiar de nº 11.326, de 24 de julho de 2006 que a classe efetivamente recebeu essa nomenclatura e status de atividade econômica. A lei estabelece critérios que devem ser atendidos para ser considerado pertencente a agricultura familiar, que são: a) não deter, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; b) utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; c) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento e d) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

A maioria dos agricultores familiares possuem poucos recursos financeiros, o que implica em dificuldades na produção e manutenção de seus negócios. Diante disso, o Estado necessita intervir na agricultura, segundo Delgado (2001), por meio de duas formas essenciais: pela política macroeconômica e através de uma política setorial. A primeira afeta a economia de forma agregada, como a taxa de juros, oferta de moeda, câmbio, exportações

e importações, taxa de crescimento etc., isso por meio das políticas fiscal, monetária, cambial e comercial; afetando todos os setores da economia, inclusive o setor agropecuário. Mas, são as políticas setoriais que efetivamente influenciam o comportamento socioeconômico de um setor.

No âmbito da agricultura, há três tipos principais de políticas setoriais segundo o autor supracitado: a política agrícola, agrária e a política diferenciada de desenvolvimento rural.⁴ No caso da política agrícola, pode-se caracterizá-la da seguinte forma:

A política agrícola visa afetar tanto o comportamento conjuntural (de curto prazo) dos agricultores e dos mercados agropecuários, como os fatores estruturais (tecnologia, uso da terra, infraestrutura econômica e social, carga fiscal etc.) que determinam seu comportamento de longo prazo. Nessa visão, a política agrícola engloba tanto políticas de mercado (preços, comercialização, crédito), como políticas estruturais (fiscal, de pesquisa tecnológica e de extensão rural, de infraestrutura, e de recursos naturais e meio ambiente) (DELGADO, 2001, p. 23).

Diante do exposto, as políticas agrícolas são os principais meios para alcançar o desenvolvimento do setor agropecuário e possibilitar a geração de mudanças no cenário econômico. E, mais especificamente, essas políticas são o principal meio para que a agricultura familiar tenha acesso aos ativos necessários (insumos, infraestrutura adequada, equipamentos modernos, mercado consumidor, por exemplo) para desenvolver sua produção.

A principal política agrícola citada por Schneider e Grisa (2015), entre as diversas opções de políticas públicas e programas existentes, é o crédito rural. Os principais objetivos do crédito rural são: i) estimular os investimentos rurais realizados por cooperativas ou pelos próprios produtores da propriedade; ii) apoiar o custeio e comercialização da produção; iii) promover a adoção de novas tecnologias; iv) possibilitar a aquisição de terras como também a regulamentação das mesmas em posse dos pequenos produtores; e v) estimular a geração de renda e, ao mesmo tempo, utilizar de forma mais eficiente a mão de obra da agricultura familiar.

Nesse contexto, as diretrizes e normas do crédito rural, são formalizadas no Manual de Crédito Rural (MCR), o qual reúne as normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e também as divulgadas pelo Banco Central. Esse conjunto de normas formalizadas deve ser obedecidas pelos beneficiários e pelas instituições financeiras que

⁴ Segundo Delgado (2001), a política agrária é uma política estrutural que tem como intuito principal intervir na estrutura da propriedade e posse da terra, que historicamente foi apropriada, de forma a redistribuir terras e renda, assim modificando a estrutura agrícola e contribuindo para um desenvolvimento rural sustentado. E a política diferenciada de desenvolvimento rural consiste em políticas que atendem a segmentos empobrecidos do campesinato e que não acompanharam a modernização produtiva, por meio de programas regionais bem específicos.

operam com o crédito rural, e mais precisamente que integram o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

O SNCR foi institucionalizado pela lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, em seu artigo 7º, trata das instituições que farão parte do SNCR, os órgãos básicos são: Banco Central do Brasil (BACEN), Banco do Brasil (BB), Banco da Amazônia (BASA) e Banco do Nordeste (BNB). Como órgão vinculado tem-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os órgãos auxiliares, os quais são: bancos estaduais, bancos privados, Caixa Econômica Federal (CEF), sociedades de crédito, investimento e financiamento, e cooperativas autorizadas. A lei admite ainda os órgãos articuladores, que englobam órgãos oficiais de valorização regional e também entidades de prestação de assistência técnica e econômica, e os órgãos incorporados, os quais não fazem parte do SNCR, mas que o Conselho Monetário Nacional possa vir a considerar e incorporar.

Diante das diversas opções de fornecedores de crédito, as condições estabelecidas (taxa de juros, condições de pagamento, burocracias para contratação, por exemplo) para o acesso são determinantes para sua aquisição pelo produtor, nisso as taxas de juros baixas são os principais fatores. Como compreende Castro & Pereira (2017), é fundamental para fomentar o acesso ao crédito rural permitindo que produtores menos capitalizados o acessem, contribuindo dessa maneira para o fortalecimento da agricultura familiar.

Estes recursos financeiros são autorizados a cada ano pelo governo e são equalizados pelo Tesouro Nacional, segundo o BACEN (2022) possuem como principais fontes os: “depósitos à vista, depósitos de poupança rural, Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), fontes fiscais: BNDES e Fundos Constitucionais e os recursos próprios das Instituições Financeiras”. Os quais são destinados para as seguintes linhas de crédito rural de acordo com o BACEN:

Atividades de custeio (destinados a cobrir as despesas dos ciclos produtivos, como os insumos), investimento (direcionado para a aquisição de bens ou serviços duráveis com benefícios de longo prazo), e comercialização (destinada a cobrir despesas posteriores à produção, como armazenamento, ou converter em espécie os títulos advindos da venda ou entrega pelos produtos ou suas cooperativas). (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

Segundo estudo de Buainain et. al. (2014), sobre as instituições financeiras responsáveis pelos recursos do crédito rural no Brasil, existe uma tendência dos bancos oficiais federais financiarem os estabelecimentos agropecuários de menor porte, por outro lado, os bancos privados destinam boa parte de seus empréstimos para os maiores estabelecimentos. Uma vez que, os bancos têm por obrigação alocar recursos para o crédito

rural, assim, os bancos privados buscam obter o menor custo de operação possível, dessa maneira, concentram os negócios de maior valor para uma parcela menor de clientes, os quais possuem um maior poder aquisitivo.

Além disso, nos dois modelos de financiamento de crédito rural existentes há tipos de fornecedores diferenciados, ou seja, o crédito oficial (rural) opera com os bancos comerciais (públicos e privados) e com as cooperativas de crédito. Em contrapartida, o crédito comercial ou não oficial é fornecido pelas empresas participantes da cadeia produtiva, o que pode ocorrer sem a intermediação de instituição financeira, através das operações *barter* (troca), que envolve os agentes fornecedores e compradores ao mesmo tempo, neste caso, as taxas de juros são mais elevadas.

Em suma, o crédito rural é a principal fonte de financiamento da agropecuária brasileira e, segundo Costa e Filho (2018), eleva a produtividade, contribui para a modernização da agricultura e adoção de tecnologias na atividade rural. Ademais, com produtividade elevada contribui para a ampliação da produção, elevação da renda e estímulo ao emprego. Sendo assim, pode-se afirmar que o crédito rural pode ser considerado uma política agrícola importante para estimular a expansão e manutenção da produção rural nacional, incluindo os dois tipos de agricultores: não familiares e familiares.

2.2 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e as modalidades de crédito rural

O PRONAF foi criado em 1995, sendo a primeira política em âmbito nacional direcionada exclusivamente para a agricultura familiar. Como abordam Grisa et. al. (2017):

Até então, não existiam políticas nacionais voltadas ao atendimento exclusivo deste segmento social, tratando-se de experiências regionalizadas que buscavam a inserção deste público na modernização da agricultura ou referiam-se a políticas de combate à pobreza rural. (GRISA et al., 2017, p.381).

A partir dessa importante iniciativa, outras instituições foram constituídas para fortalecer esta agricultura, ou seja: foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999, juntamente com a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), em 2001. Além disso, houve a institucionalização de novos programas como o Programa Garantia Safra, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Seguro da Agricultura Familiar, o Programa de Garantia de Preço de Agricultura Familiar e o Programa Nacional de Habitação Rural.

Segundo o Banco Central do Brasil (BACEN):

O PRONAF foi criado com o objetivo de estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, através do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimentos rurais ou em áreas comunitárias próximas. Os beneficiários do Programa são os agricultores e produtores rurais que fazem parte de unidades familiares de produção rural e que comprovem o enquadramento na categoria por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

Mais especificamente, estes beneficiários são os pequenos agricultores familiares. Segundo Feijó (2015), com o passar dos anos, o PRONAF se reestruturou criando mais grupos e possibilitando linhas de crédito específicas para cada perfil, com finalidade, limites de crédito, taxa de juros, prazos e carências determinados de modo específico, atendendo às necessidades dos produtores em diversos contextos expostos.

De acordo com Maia e Pinto (2015), entre os principais grupos do PRONAF estão o Grupo A que engloba os agricultores assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e que são beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); o Grupo B inclui os agricultores familiares que detém uma renda bruta anual de até R\$ 20.000,00; e o grupo A/C, que é constituído por agricultores assentados pelo PNRA e beneficiários do PNCF, porém devem ter contratado a primeira operação no grupo A e não podem ter financiamento de custeio em outro grupo. Ademais, outros grupos podem ser citados: Pronaf Mulher, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Agroindústria, Pronaf Jovem, Pronaf Industrialização de Agroindústria Familiar, Pronaf Semiárido, entre outros.

Todos os beneficiários dos programas conseguem se enquadrar de acordo com seu perfil, assim foram criados os critérios para adesão aos subprogramas do PRONAF, de modo a ser acessado por todos os interessados.

Segundo, Guanzioli (2002):

A quase totalidade dos subprogramas do PRONAF adotou, desde o início, uma política de remuneração bastante branda e com alto percentual de subsídio. A fixação da taxa de juros preferencial, subsidiada ou não, bem como o estabelecimento de outras condições especiais de pagamento e operação do crédito, tem várias justificativas e aspectos que merecem ser considerados. O argumento central era que os produtores familiares, descapitalizados e com baixa produtividade, não estariam em condições de tomar recursos a taxas de mercado para realizar os investimentos em modernização e elevação da produtividade. Pelo menos na etapa inicial do processo de acumulação, seus investimentos não seriam rentáveis nem viáveis se avaliados pela taxa de juros de mercado; seus rendimentos também não seriam compatíveis nem suficientes para reembolsar empréstimos tomados em condições comerciais. As condições de pagamento e de cobrança de juros são, portanto, determinantes da dinâmica do PRONAF. Dadas

certas taxas de juros e demais condições, os produtores elegerão investimentos compatíveis com o pagamento do crédito (GUANZIROLI, 2002, p. 302).

Ao longo do tempo, mais programas foram criados pelo governo para financiar as atividades realizadas no campo, entre os quais além do PRONAF, se destaca o Plano Agrícola e Pecuário (PAP), mais conhecido por Plano Safra, criado em 2003. No qual, segundo Dias et al. (2022) os recursos destes são acessados, em grande parte, com taxas de juros subsidiadas, com valores abaixo do mercado e com condições de financiamento que dependem da linha de crédito contratada. O PAP é destinado aos grandes e médios proprietários e suas cooperativas, por outro lado, como abordado corriqueiramente, os agricultores familiares recorrem aos recursos do PRONAF.

Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2022), através do Plano Safra, todos os anos são disponibilizados recursos financeiros para os empreendimentos da agricultura familiar. Dados recentes do Plano Safra 2020/2021 mostraram que cerca de R\$236,3 bi. de recursos foram ofertados, sendo oriundos 17,3% de recursos obrigatórios, 27,3% da poupança rural, 26,5% dos LCA, 14,9% dos fundos constitucionais, 14,8% de recursos livres e 8,5% de outros. Sendo que, R\$20,3 bi. foram contratados pelo PRONAF, R\$16,6 bi. pelo Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - PRONAMP e R\$88,3 bi. pelos demais produtores. Na mesma safra, as contratações de crédito que tinham como finalidade o custeio, obtiveram destaque com o quantitativo de R\$64,9 bi. para custeio, R\$39,6 bi. para investimento, R\$10,7 bi. para comercialização e R\$7,2 bi. para a industrialização.

A remodelagem do programa possibilitou que indivíduos menos capitalizados acessassem o crédito e aplicassem o recurso de acordo com seus objetivos, para isso, dispõe de diversas modalidades de crédito. Segundo o Manual de Crédito Rural (2022), o crédito para custeio é destinado para as despesas referentes ao ciclo produtivo e da exploração pecuária. Para a finalidade de investimento são financiáveis os fixos e semifixos, os primeiros são: construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes, aquisição de máquinas e equipamentos, obras de irrigação, açudagem, drenagem; florestamento, reflorestamento, desmatamento e destoca; formação de lavouras permanentes e formação ou recuperação de pastagens, investimentos em geração de energia, entre outras. Os semifixos são os financiáveis: compra de animais para reprodução ou criação; instalações, máquinas e equipamentos; aquisição de veículos, tratores, colheitadeiras, implementos, embarcações; automação das atividades produtivas, entre outros. E o crédito para comercialização, que tem como finalidade viabilizar ao produtor rural como também às

suas cooperativas agropecuárias, os recursos necessários para comercialização dos seus produtos no mercado.

No que diz respeito a financiamentos, Sampaio e Vital (2020) mostram um estudo realizado com dados do Censo Agropecuário 2017, onde os estabelecimentos da agricultura familiar, com financiamento, em relação ao quantitativo de estabelecimentos da agricultura familiar, é de 15,43% para o Brasil, 12,63% para o Nordeste e 11,54% para Pernambuco. No entanto, quando vislumbrado o quantitativo de estabelecimentos familiares com financiamento em relação ao total de estabelecimentos agropecuários, o maior número de acesso é mais expressivo pela agricultura familiar do que a não familiar, nesse aspecto, Pernambuco se destaca com 84,89%, Nordeste com 81,54% e no Brasil 76,63%.

Segundo os autores supracitados, provavelmente, os recursos destinados para as modalidades de investimento, custeio e comercialização têm contribuído para o crescimento do mercado agropecuário. Pois, em termos de estabelecimentos da agricultura com financiamento, as propriedades da agricultura familiar, através do Pronaf (B + V), prevaleceram no financiamento da agropecuária a nível estadual, regional e no país, sendo 84,75% em Pernambuco, 81,42% no Nordeste e 74,99% no Brasil. Embora os autores abordem que, em termos de abrangência, o financiamento é acessado por pouquíssimos estabelecimentos da agricultura familiar, sendo 15,1% no Brasil, 12,61% no Nordeste e 11,52% no Pernambuco, como pode ser observado na tabela 01, abaixo:

Tabela 01: Percentual de estabelecimentos da agricultura familiar que recebeu financiamento via PRONAF no Brasil, Nordeste e Pernambuco – 2017

Financiamento Pronaf/Local	BR	NE	PE
Estabelecimentos da agricultura familiar com financiamento Pronaf (B+V)/ Total de estabelecimentos da agricultura familiar (%)	15,1	12,61	11,52
Estabelecimentos da agricultura familiar com financiamento Pronaf (B+V)/ Total de estabelecimentos da agricultura com financiamento (%)	74,99	81,42	84,75

FONTE: SAMPAIO; VITAL (2020, p. 168).

Diversos são os motivos que impedem a contratação de crédito. Segundo Sampaio e Vital (2020), à inadimplência, que são decorrentes de fatores como, por exemplo, a rentabilidade do setor; e à percepção dos beneficiários com relação aos diversos programas de subsídios disponíveis ao setor produtivo. Além disso, há diversos fatores limitantes, internos como externos, que podem estar relacionados à falta de conhecimento e de renda; como apontam Zeller e Schiesari (2020) e Cruz et. al. (2020), as condições de pagamento, burocracias para acesso, entraves bancários e tamanho da taxa de juros, e como aborda Borges e Parré (2022) a assimetria de informações e as condições climáticas da região. Todas essas condições impedem a contratação de crédito pelos agricultores familiares e conseqüentemente o progresso da atividade rural.

3. METODOLOGIA

Nesta seção, serão expostos os procedimentos metodológicos utilizados para coleta dos dados, por meio de duas seções e uma subseção, ou seja, a delimitação da área de estudo, fonte de dados e o método de análise de dados, respectivamente.

3.1 Delimitações da área de estudo

A delimitação dos municípios analisados nesta monografia está pautada na divisão por Região de Desenvolvimento do Sertão do Pajeú⁵ que engloba 17 municípios, a saber: Afogados da Ingazeira, Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Flores, Igaracy, Ingazeira, Itapetim, Quixaba, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, São José do Egito, Serra Talhada, Solidão, Tabira, Triunfo e Tuparetama.

3.2 Fonte dos dados

Os dados sobre o crédito rural para os empreendimentos da agricultura familiar foram coletados do último Censo Agropecuário (2019) realizado no Brasil em 2017, no período de outubro de 2017 a fevereiro de 2018. O qual, com seu importante pesquisa a nível nacional teve como objetivo, segundo o IBGE: “retratar a realidade do “Brasil Agrário” por meio da investigação das características e das atividades econômicas realizadas nos estabelecimentos agropecuários do País”. Os dados possibilitam analisar o perfil da agricultura familiar brasileira, como também a não familiar, distribuídas nos diversos estabelecimentos rurais existentes.

A coleta dos dados do Censo Agropecuário foi norteadada por datas de referências para obtenção de um verdadeiro retrato de todo o país. Portanto, o dia 30 de setembro de 2017 foi a data de referência para dados relativos à estrutura do estabelecimento como, por exemplo: pessoal ocupado, estoques, efetivos da pecuária, lavouras permanentes e silvicultura. No período de 1º de outubro de 2016 à 30 de setembro de 2017, foi adotado como data de

⁵ A divisão por Região de Desenvolvimento no estado de Pernambuco em 12 partes, teve origem, por meio da institucionalização da lei estadual de nº 12.427, de 25 de setembro de 2003 no governo de Jarbas Vasconcelos. A lei, tratava do Plano Plurianual para o quadriênio 2004-2007, estabelecia, “de forma regionalizada, as diretrizes, programas, ações e objetivos da Administração Pública Estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para aquelas relativas aos programas de duração continuada”. Isso, porque a divisão anterior não atendia a critérios como economia, cultura, política e território. Segundo estudo realizado pela Agência Condepe/Findem, nas divisões anteriores os seguintes critérios foram utilizados: “Base físico-geográfica do IBGE, regionalização adotada pela Associação Municipalista de Pernambuco – AMUPE: compreendendo 09 Regiões; regionalização das Secretarias de Saúde (DIRES) e de Educação (DERES); Proposta de Ação Participativa e Regionalizada realizada pelo CODEPE (1987) e Bacias Hidrográficas”. Esses aspectos contribuíram para moldar as divisões, ao longo do tempo foram ajustadas e atualmente vigora as 12 Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco. (CONDEPE/FIDEM, s.d)

referência para dados sobre a propriedade, produção, área e volume de trabalho, por exemplo.

Nesta coleta, as unidades investigadas foram os estabelecimentos rurais. Segundo o IBGE (2019), estabelecimento agropecuário consiste em toda unidade de produção ou de exploração, que se dedica total ou parcialmente, às atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, independentemente de tamanho, de forma jurídica (se pertence a um ou vários produtores, por exemplo), e da localização (zonal rural ou urbana), tendo como objetivo a produção, a qual é destinada para venda ou para a subsistência da família.

Os estabelecimentos agropecuários abordados no presente estudo são do tipo: agricultura familiar. Os quais foram subdivididos pelo IBGE em três subgrupos: Pronaf - B, Pronaf-V e não pronafiano. Sendo os dois primeiros, objetos centrais deste estudo. Desta maneira, cada estabelecimento foi enquadrado em um destes grupos de acordo com os critérios estabelecidos pelo Pronaf, se atendiam ou não as exigências. Este enquadramento não significava que tivesse acesso ao crédito, mas que poderiam aderi-lo.

Sendo assim, a população deste trabalho consiste em 24.403 mil estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar existentes no Sertão do Pajeú, sendo enquadrados 23.486 pertencentes ao Pronaf-B e 907 ao Pronaf - V⁶. Diante disso, a amostra para o presente estudo refere-se a 3.420 mil estabelecimentos do Pronaf-B e 201 estabelecimentos do Pronaf-V que utilizaram o crédito rural na data de referência.

3.2.1 Método de análise dos dados

Para análise dos dados, a estrutura abrange três etapas. Na primeira etapa foi realizada a revisão bibliográfica, com a apuração das políticas públicas para o setor agrícola no âmbito da Agricultura Familiar, por meio de web-sites de anais de eventos científicos e revistas especializadas na temática da pesquisa, no intervalo de 2017 a 2021, onde foram coletados 32 artigos para base teórica.

A segunda etapa consistiu numa abordagem quantitativa onde foi realizado o levantamento dos dados do Censo Agropecuário 2017, que no primeiro momento captou as variáveis referentes ao perfil da agricultura familiar, são elas: sexo do produtor; escolaridade; condição do produtor em relação às terras, que segundo a metodologia do IBGE é definido como sendo seis tipos, os quais estão listados e com suas definições no quadro (1) abaixo:

⁶ Pronaf - V: foi assim definido pelo IBGE, significando grupo variável. Pela ausência de informações não foi possível delimitar os grupos em A e A/C. Assim, os assentados foram distribuídos nos dois grupos, B e V.

Quadro 1: Condição do produtor (a) em relação às terras segundo os tipos e definições utilizados pelo IBGE

Condição do produtor (a) em relação à terra	Definição
Proprietários	Onde a área de terras é própria do produtor;
Concessionárias (o)	Quando a área é concedida por órgãos fundiários e ainda não havia sido permitida de modo definitivo o título de propriedade até a data de referência;
Arrendatários	Quando o produtor paga uma quantia fixa, ou em dinheiro ou equivalente em produtos, sendo previamente ajustado, para utilizar a terra;
Parceiros	Diferentemente dos arrendatários, realiza o pagamento mediante parte da produção (meia, terça, quarta etc.), o que é previamente ajustado;
Comodatário	Na data de referência a área estava sendo utilizada pelo produtor através de um contrato ou um acordo entre as partes, neste contrato somente o comodatário (produtor) assumia as obrigações;
Ocupantes	Quando o produtor utiliza de forma gratuita propriedades de terceiros, sendo a área, pública ou particular.

Fonte: Elaboração própria por meio dos dados do IBGE - 2019

E no último grupo de variáveis referentes ao perfil da agricultura familiar, tem-se “Os grupos de atividade econômica” que se referem às atividades investigadas pelo IBGE são elas: Aquicultura, Horticultura, Floricultura, Pecuária e criação de outros animais⁷, Pesca, Produção de lavouras temporárias, Produção de lavouras permanentes, Produção de sementes e mudas certificadas, Produção florestal – florestas nativas e florestas plantadas, e Produção florestal – florestas plantadas

Em seguida, as variáveis quantitativas para o crédito rural considerando as finalidades de financiamento do Pronaf, estas segundo a metodologia do IBGE (2019) são elencadas como sendo de quatro tipos, onde os recursos podem ser aplicados total ou parcialmente em (quadro 3):

⁷ A pecuária e criação de outros animais, segundo o IBGE, correspondem a animais de pequeno, médio e grande porte.

Quadro 3: Finalidades de financiamento do Pronaf e definição segundo metodologia do IBGE

Investimento	Para aquisição de bens duráveis, a saber: compra de máquinas, terras, caminhões e utilitários, compra de animais para reprodução, construção de prédios, instalações e melhorias, como cercas e silos, plantação de novas culturas permanentes, por exemplo.
Custeio	Para adquirir bens de consumo imediato, como por exemplo: compra de sementes e vacinas; ou ainda utilizado para pagamento dos serviços realizados no estabelecimento por mão de obra empregada ou contratada.
Comercialização⁸	Aplicado para a comercialização da produção do estabelecimento.
Manutenção do estabelecimento	Com objetivo de realizar a manutenção do estabelecimento, suas instalações, máquinas e equipamentos ou em benfeitorias.

Fonte: Elaboração própria por meio dos dados do IBGE - 2019

Além disso, é examinado o perfil do contratante⁹ para estas finalidades supracitadas e ainda as Instituições financeiras¹⁰ que disponibilizam o crédito. E por fim, foram filtrados os dados com as variáveis sobre os estabelecimentos agropecuários que englobam: a área do estabelecimento, a finalidade da produção¹¹ – comercialização ou subsistência, o tipo de

⁸ Podendo ser por meio de Empréstimo do Governo Federal - EGF, Aquisição pelo Governo Federal - AGF ou Cédula do Produtor Rural – CPR, e ainda o valor recebido por venda antecipada de produtor, segundo o IBGE.

⁹ Relacionados a condição do produtor em relação a terra, se proprietário, por exemplo; e o tamanho das áreas que utilizam.

¹⁰ Segundo os dados coletados pelo IBGE, o crédito pode ter diversas fontes de origem: Os bancos – com recursos provenientes de diversos programas oficiais do governo nas três esferas. Cooperativas de crédito – através de dinheiro ou insumo. Governos (federal, estaduais, municipais) – obtidos em dinheiro ou insumos por meio de programas governamentais. Comerciantes de matéria-prima – obtidos por meio desses agentes, em dinheiro ou insumos; Fornecedores de insumos ou de equipamentos – em dinheiro ou insumos. Empresa integradora – obtidos em dinheiro ou insumos, através de empresas que o produtor possua contrato de integração. Outras instituições financeiras (exceto bancos e cooperativas) – com recursos oriundos do mercado financeiro efetuadas transações com títulos, com o objetivo direcionado, de modo geral, para o financiamento de capital de giro, permanente ou fixo. Organização não governamental (ONG) – para crédito ou empréstimo obtido por meio desses agentes. Parentes ou amigos – recursos obtidos por meio de pessoas físicas. E Outro agente – recursos oriundos de outros que não foram citados anteriormente.

¹¹ Os dados sobre comercialização e subsistência são referentes a todos os estabelecimentos existentes no Sertão do Pajeú, pertencentes ao Pronaf – B e V, e são comparados com os dados das contratações de crédito

produção – animal e vegetal e o valor da produção destes. Todas as variáveis podem ser resumidas no quadro 4, abaixo.

Quadro 4 - Variáveis utilizadas

Perfil da agricultura familiar	Sexo do produtor Escolaridade Condição do produtor em relação às terras Grupos de atividade econômica
Crédito Rural – finalidades do financiamento do PRONAF	Investimento Custeio Comercialização Manutenção do estabelecimento Perfil do contratante Instituições financeiras
Estabelecimento agropecuário	Área do estabelecimento Finalidade da produção – comercialização ou subsistência Tipo de produção – animal e vegetal

Fonte: Elaboração própria, com base nas variáveis do Censo Agropecuário de 2017

Na terceira e última etapa foi realizada a tabulação e elaboração de gráficos, por meio do programa Excel (2010) e sucedido com a análise descritiva dos mesmos, segundo Gil (2008) esta análise permite descrever as características de populações específicas, assim como de fenômenos.

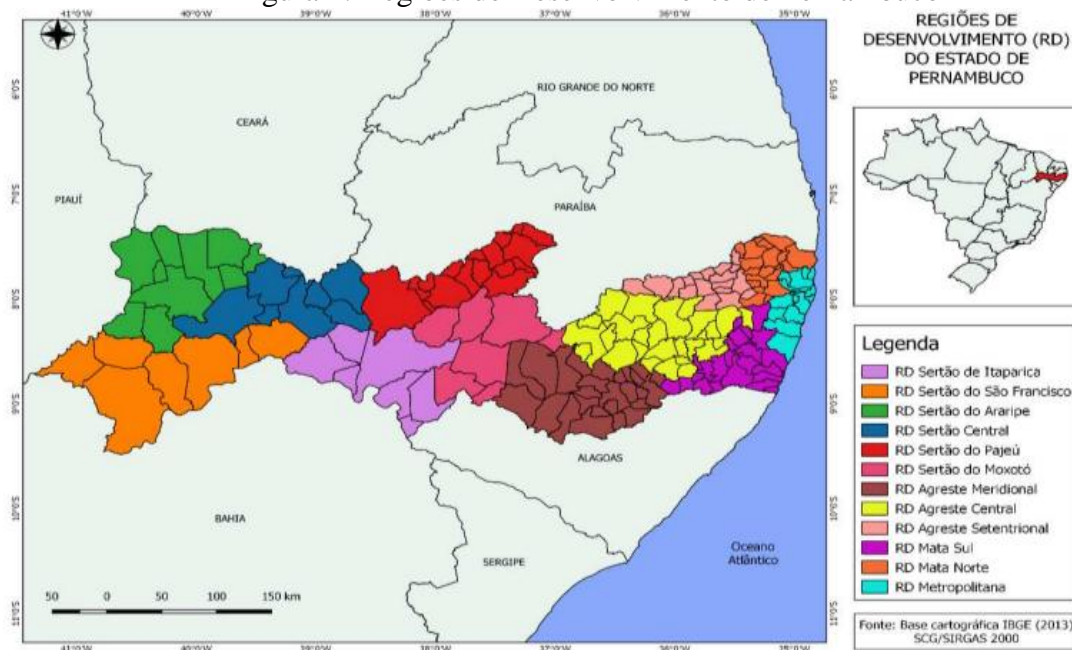
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, são apresentados os resultados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica e tabulação dos dados do Censo Agropecuário 2017, como também as discussões, a fim de alcançar os objetivos propostos nesta monografia. Inicia-se com a caracterização da agricultura familiar no Sertão do Pajeú, em seguida as modalidades do crédito rural (Pronaf B e Pronaf V); logo após a análise do crédito rural (Pronaf – B e Pronaf-V), suas modalidades e tipos de atividades agropecuárias e finalmente, a finalidade principal da produção agropecuária do estabelecimento.

4.1. Caracterização da Agricultura Familiar no Sertão do Pajeú

Os municípios da Região de Desenvolvimento do Sertão do Pajeú abrangem uma área total de 13.350,30 km² do território (VERSYPLE et. al. 2015). Ela está inserida na Macrorregião do Sertão Pernambucano, no Nordeste do país e possui como limites as RD's do Sertão Central, Sertão de Itaparica e Sertão do Moxotó, as quais estão situadas nas áreas mais secas do estado e podem ser localizadas geograficamente na figura 1.

Figura 1: Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco



Fonte: FIALHO, M. F. 2021, p. 22.

A microrregião do Sertão do Pajeú possuía uma população estimada de 331.416 mil pessoas, em 2018, segundo dados do IBGE. A cidade mais populosa detinha cerca de 25,9% dos habitantes da região, a qual recebe o nome de Capital do Xaxado, a famosa Serra Talhada, com uma população estimada 85.774 mil em 2018. E com a menor população se

encontra Ingazeira com 4.554 mil, representando um percentual de 1,37% da população do território. Os demais municípios podem ser observados na tabela 2 abaixo.

Tabela 2: População estimada dos municípios do Sertão do Pajeú em 2018, segundo o IBGE

Municípios	População em 2018 (mil)
Afogados da Ingazeira	37.111
Brejinho	7.486
Calumbi	5.753
Carnaíba	19.491
Flores	22.631
Iguaracy	12.209
Ingazeira	4.554
Itapetim	13.680
Quixaba	6.822
Santa Cruz da Baixa Verde	12.531
Santa Terezinha	11.764
São José do Egito	33.789
Serra Talhada	85.774
Solidão	5.993
Tabira	28.371
Triunfo	15.265
Tuparetama	8.192
Sertão do Pajeú	331.416

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE 2018

A microrregião possui um clima tropical semiárido, com temperatura média anual que alcança 26°C. Com a maior temperatura anual se destaca a cidade de Tabira com 27,2°C e com menor temperatura anual a cidade de Triunfo, que registrou 21°C. Além desse fator, a microrregião sente com maior intensidade os efeitos das estiagens prolongadas, com precipitações pluviométricas muito irregulares e com a falta de chuvas. Todas essas

condições influenciam diretamente na vegetação, na qualidade do solo, nos rios, na produção agrícola e na mobilidade populacional. (VERSYPLE et. al. 2015)

Quanto à educação, os agricultores familiares da região possuem um baixo nível escolar. Segundo dados do Censo Agropecuário (2017), dispõe que 1/4 dos estabelecimentos, ou seja, em 25% os agricultores familiares possuíam apenas a Alfabetização, 21% haviam frequentado o regular do ensino fundamental ou 1º grau, 17% o antigo primário (elementar) e 21% nunca frequentou a escola¹². Zeller e Schiesari (2020) apontam que, o conhecimento dos agricultores influencia significativamente no tamanho do empréstimo, pois se os municípios apresentarem alto risco¹³, conseqüentemente, menos recursos do Pronaf são destinados para esse público.

A atividade econômica desses municípios é bastante diversificada, desde a produção agropecuária, indústria e serviços. Em 2019, segundo dados do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do Sertão do Pajeú foi de 3,917 bilhões de reais, com participação no PIB estadual de 1,98% e ocupando a 8º posição no ranking de maior PIB entre as RD's. Com destaque para a cidade de Serra Talhada com 1.541.192 bilhões de reais e com menor PIB o município de Ingazeira com 37.870 mil reais. Como pode ser notado na tabela 3.

Tabela 3: PIB, VAB agropecuário e PIB per capita dos municípios do Sertão do Pajeú em 2019

Municípios	PIB (mil R\$)	VAB Agropecuário (mil R\$)	PIB per capita (mil R\$)
Afogados da Ingazeira	464.402	7.350	12.464,16
Brejinho	61.959	4.519	8.275,55
Calumbi	51.377	1.377	8.935,14
Carnaíba	157.607	11.225	8.061,33
Flores	179.460	8.107	7.932,30
Iguaracy	97.414	9.421	7.966,45
Ingazeira	37.870	2.845	8.326,69

¹² Todos os níveis podem ser observados na tabela: Grau de instrução dos produtores nos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, no anexo (1).

¹³ Tendo em vista que a baixa escolaridade afeta a atividade produtiva, pela falta de conhecimentos e técnicas eficientes, os agricultores podem ter baixa produtividade e perdas, conseqüentemente afetando a renda, elevando o risco de inadimplência e afetando negativamente a contratação de crédito.

Itapetim	113.688	10.441	8.349,62
Quixaba	56.394	5.347	8.277,42
Santa Cruz da Baixa Verde	98.084	5.524	7.789,42
Santa Terezinha	90.715	4.035	7.677,92
São José do Egito	409.846	56.003	12.071,71
Serra Talhada	1.541.192	30.700	17.848,20
Solidão	45.989	4.064	7.655,82
Tabira	280.165	12.812	9.818,65
Triunfo	148.289	8.054	9.721,31
Tuparetama	82.649	5.217	10.076,69
Sertão do Pajeú	3,917	187	-

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE

Quanto ao PIB per capita dos municípios, os mais desenvolvidos são Serra Talhada, Afogados da Ingazeira, São José do Egito e Tuparetama, com R\$17.848,20; R\$12.464,16; R\$12.071,71; e R\$10.076,69; respectivamente. Enquanto que, o menos desenvolvido é Santa Terezinha com um PIB per capita de R\$7.677,92; como observa-se na tabela 3 acima.

A agropecuária se destaca como o terceiro setor mais importante para a economia da microrregião, com as principais atividades de pecuária e lavoura temporária. Em 2019, apresentou um Valor Adicionado Bruto (VAB) de 187 milhões para o Sertão do Pajeú, com participação de 2,48% do VAB da agropecuária estadual e, por sua vez, a RD se destaca por ocupar a décima maior participação na agropecuária do estado. Desse modo, o município de destaque, no ano supracitado, foi São José do Egito com 56.003 mil reais, por outro lado, Calumbi apresentou o menor valor: 1.377 mil reais.

Como abordado anteriormente, a agropecuária é uma das principais atividades econômicas desenvolvidas na microrregião, com maior representatividade da agricultura familiar tanto na quantidade de estabelecimentos agropecuários quanto na área ocupada. Em 2017, existiam 27.942 mil estabelecimentos agropecuários nesta região, destes, cerca de 87% eram da agricultura familiar, ou seja, exatamente 24.403 estabelecimentos. No total, estes estabelecimentos da agricultura familiar abrangiam uma área de 286.984,6 hectares, ou seja, exatamente 62% do território da microrregião, enquanto 38% (176.988,9 hectares)

eram utilizados pela agricultura não familiar. No gráfico 1 abaixo, é possível observar a quantidade de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar em cada município.

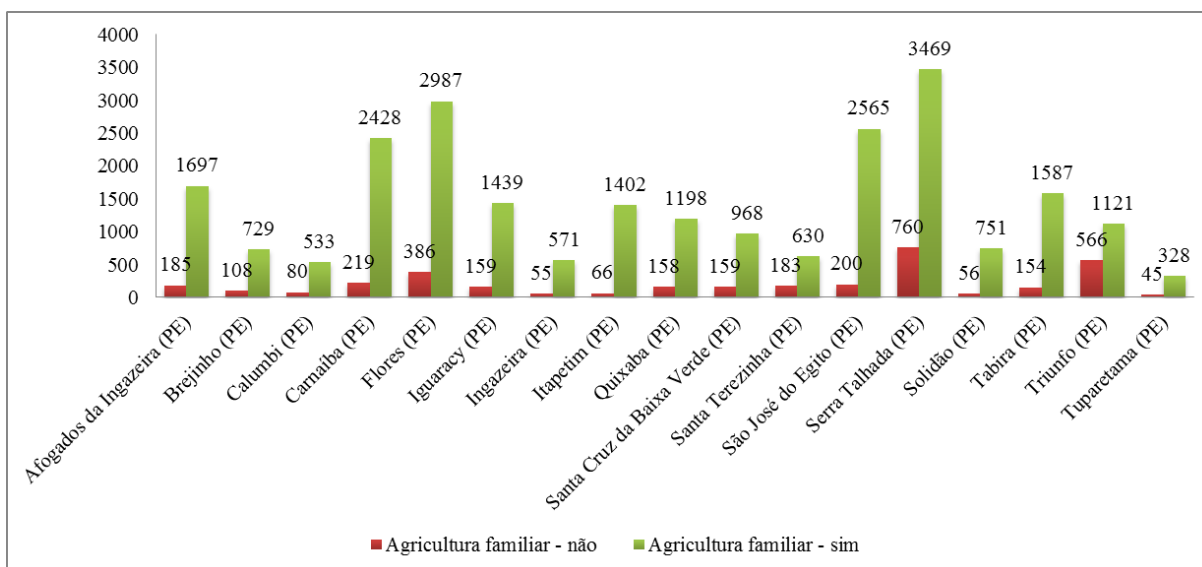


Gráfico 1: Quantidade de estabelecimentos agropecuários nos municípios do Sertão do Pajeú
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2017)

A presença da agricultura familiar em cada município é fortemente evidenciada por meio do gráfico acima, pois em todos os municípios os estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar superam o da não familiar. Com destaque para Serra Talhada, Flores, São José do Egito e Carnaíba que possuem as maiores quantidades. Nesse contexto, a agricultura familiar é majoritária na ocupação da área total utilizada para o desenvolvimento da atividade agropecuária, na microrregião do Pajeú, tendo como exceção a cidade de Serra Talhada, onde a agricultura não familiar detém 53% da área total que é ocupada pelos estabelecimentos agropecuários¹⁴.

De forma geral, 74% dos estabelecimentos são administrados por homens, e apenas 26% dos estabelecimentos são administrados por mulheres. Em regra, esses estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar do Sertão do Pajeú são dos próprios produtores, ou seja, 82%, enquanto que 9% são de comodatários, 3% de parceiros, 2% concessionário (a), 2% ocupante, 1% arrendatário (a) e 1% produtor sem terra.

¹⁴ Os dados individuais de cada município podem ser observados na tabela 2: Área dos estabelecimentos agropecuários (em hectares), do anexo 2.

Além disso, esses estabelecimentos agropecuários que compõem a agricultura familiar foram enquadrados pelo IBGE como sendo 23.486 pertencentes ao Pronaf-B e 907 ao Pronaf-V, perfazendo um total de 24.403 mil estabelecimentos. Esse enquadramento não significava que todos os estabelecimentos haviam contratado o crédito, mas que atendiam ao perfil para adquiri-lo. Diante disso, no grupo do Pronaf-B em 3.402 estabelecimentos houve a contratação do crédito, ou seja, 14% dos estabelecimentos que se enquadravam neste tipo de Pronaf. E no Pronaf-V, um total de 201 estabelecimentos contrataram, um percentual de 22% do total que atendia aos critérios. Como pode ser visto no gráfico (2).

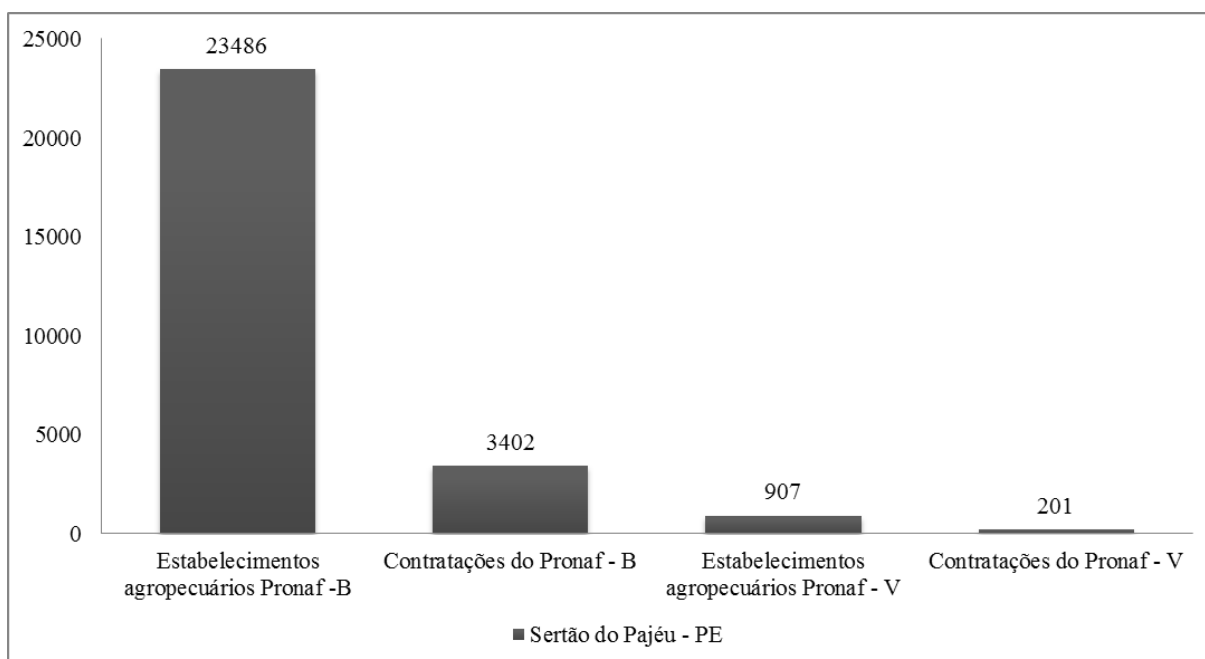


Gráfico 2: Estabelecimentos agropecuários (Pronaf – B e Pronaf – V) e contratações (Pronaf – B e Pronaf – V) no Sertão do Pajeú em 2017

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2017)

Essas contratações pelo Pronaf - B e Pronaf - V foram destinadas para as atividades produtivas de cada município, para fins de investimento, custeio, comercialização da produção e ainda a manutenção dos estabelecimentos, que serão abordados na próxima seção.

4.2 Modalidades do crédito rural (Pronaf B e Pronaf V) nos municípios do Sertão do Pajeú

Os estabelecimentos que fazem parte do Pronaf-B destacam-se na região até mesmo com relação às modalidades do crédito rural, a tabela 4, abaixo, expõe a quantidade de

estabelecimentos que contrataram este crédito. No geral, o Sertão do Pajeú se destaca com a modalidade de investimento que representa 59% das modalidades utilizadas pelos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, em seguida, a modalidade da manutenção com 21% de utilização, 16% de custeio e 4% aplicado para a comercialização.

Tabela 4: Modalidades de financiamento no Pronaf - B (por unidades de estabelecimentos) nos municípios da microrregião do Sertão do Pajeú em 2017

Municípios	Total	Investimento	Custeio	Comercializaçã o	Manutenção
Afogados da Ingazeira	313	149	68	6	90
Brejinho	23	18	1	0	4
Calumbi	72	42	8	1	21
Carnaíba	278	210	30	18	20
Flores	456	262	52	2	140
Iguaracy	109	68	28	0	13
Ingazeira	115	63	18	3	31
Itapetim	168	103	35	10	20
Quixaba	179	125	12	5	37
Santa Cruz da Baixa Verde	194	83	48	2	61
Santa Terezinha	50	20	14	0	16
São José do Egito	241	155	52	0	34
Serra Talhada	578	325	136	12	105
Solidão	105	60	8	24	13
Tabira	320	206	10	53	51
Triunfo	161	92	30	0	39

Tuparetama	40	21	4	0	15
Total	3402	2002	554	136	710
Percentual	100%	59%	16%	4%	21%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2017)

Os municípios que mais contrataram o crédito rural do Pronaf – B por unidades de estabelecimentos foram: Serra Talhada (578), Flores (456), Tabira (320), Afogados da Ingazeira (313), Carnaíba (278) e São José do Egito (241). Por outro lado, os municípios de Brejinho (23), Tuparetama (40), Santa Terezinha (50) e Calumbi (72) realizaram a menor aquisição do crédito (tabela 4).

Em valor absoluto, os municípios com maior número de contratos do Pronaf-B, destinaram os maiores números para a modalidade de investimento, demonstrando ser o principal interesse dos agricultores familiares. O que é esperado. Destacam-se: Serra Talhada (325), Flores (262), Carnaíba (210) e Tabira (206). Porém, em termos proporcionais, essa modalidade foi maior para os municípios de Brejinho, Carnaíba e Quixaba, 78,3%, 75,5% e 69,8%, respectivamente. Como pode ser observado na tabela acima.

Em segundo lugar, os estabelecimentos agropecuários que adquiriram o crédito, objetivaram a manutenção do estabelecimento, neste, Flores tem maior evidência (140), seguido por Serra Talhada (105) e Afogados da Ingazeira (90). Todavia, em termos proporcionais os destaques são para Tuparetama (37,5%), Santa Terezinha (32%) e Santa Cruz da Baixa Verde (31,4%).

A modalidade de custeio é o 3º tipo de crédito mais utilizado, mais uma vez Serra Talhada ocupa primeiro lugar na contratação (136) e, logo depois, Afogados da Ingazeira (68). Contudo, proporcionalmente menos que Santa Terezinha (28%) e Iguaracy (25,7%). A modalidade de comercialização apresenta pouca expressividade na região. A cidade de Tabira obteve o maior número de contratações (53), mas Solidão destina 22% das contratações de crédito rural para comercialização, enquanto Tabira apenas 16,6%. E exatamente, seis municípios não apresentaram nenhuma estabelecimento com contratação nesta modalidade, são eles: Brejinho, Iguaracy, Santa Terezinha, São José do Egito, Triunfo e Tuparetama.

As contratações do crédito rural nas quatro modalidades apresentaram, em comum, que a maior parte foi realizada pelos proprietários, o que já era esperado, uma vez que

majoritária parcela dos estabelecimentos são dos proprietários. Portanto, as demais condições dos produtores (concessionário (a), arrendatário (a), parceiro (a) etc.) não estão dispostas a se endividar para beneficiar uma propriedade de terceiros. Deste modo, na modalidade de investimento 82% foram contratados pelos proprietários, 8% pelos comodatários e 4% pelos parceiros, para a modalidade de custeio 80% pelos proprietários, 7% pelos comodatários e 6 % pelos parceiros. Para a modalidade de comercialização 74% pelos proprietários e 18% pelos comodatários, e, por fim, para a modalidade de manutenção 86% pelos proprietários e 7% pelos comodatários. Como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 5: Perfil da agricultura familiar contratante do crédito do Pronaf – B no Sertão do Pajeú nas quatro modalidades em 2017

Condição do produtor	Investimento	Custeio	Comercialização	Manutenção
Proprietário (a)	82%	80%	74%	86%
Concessionário(a) ou assentado (a) aguardando titulação definitiva	3%	2%	1%	2%
Arrendatário(a)	1%	2%	0%	1%
Parceiro(a)	4%	6%	2%	2%
Comodatário(a)	8%	7%	18%	7%
Ocupante	2%	2%	4%	2%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2017)

A agricultura familiar do grupo Pronaf - V, no geral, não apresenta grande representatividade com relação ao quantitativo de estabelecimentos agropecuários. Do mesmo modo à anterior, a modalidade de investimento possuía maior destaque com 59% contratados pelos estabelecimentos. Em seguida, a modalidade da manutenção com 25%, a de custeio com 14% e com menor expressividade, a de comercialização com 1% dos estabelecimentos utilizando-a, como se observa abaixo na tabela 6.

Tabela 6: Modalidades de financiamento no Pronaf - V (por unidades de estabelecimentos) nos municípios da microrregião do Sertão do Pajeú em 2017

Município	Total	Investimento	Custeio	Comercialização	Manutenção
Afogados da Ingazeira	15	6	1	0	8
Brejinho	1	1	0	0	0
Calumbi	0	0	0	0	0
Carnaíba	5	4	0	1	0
Flores	23	10	8	0	5
Iguaracy	7	3	3	0	1
Ingazeira	2	2	0	0	0
Itapetim	11	7	3	0	1
Quixaba	19	9	1	0	9
Santa Cruz da Baixa Verde	8	1	3	1	3
Santa Terezinha	5	2	0	0	3
São José do Egito	24	17	5	0	2
Serra Talhada	37	28	3	1	5
Solidão	3	3	0	0	0
Tabira	11	7	1	0	3
Triunfo	23	14	0	0	9
Tuparetama	7	4	1	0	2
Total	201	118	29	3	51
Percentual	100%	59%	14%	1%	25%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2017)

Se destacam no crédito rural do Pronaf-V, Serra Talhada (37), São José do Egito (24), Triunfo e Flores (23 cada) com o maior quantitativo de contratações, por outro lado os municípios de Brejinho (1), Ingazeira (2), Solidão (3), Santa Terezinha e Carnaíba com 5 cada, Tuparetama e Iguaracy, ao mesmo tempo, com 7 e Santa Cruz da Baixa Verde com 8 contratações, estes, realizaram o menor número de aquisições de crédito. Além disso, o município de Calumbi, que possuía 9 estabelecimentos no grupo do Pronaf-V, não realizou nenhuma contratação, o que pode ser notado na tabela 6 acima.

Quanto às modalidades, na tabela acima, Serra Talhada, São José do Egito, Triunfo, Flores e Quixaba se destacam com o maior quantitativo de acesso, sendo 28, 17, 14, 10 e 9 contratações na modalidade de investimento, respectivamente. Em termos proporcionais se destacam Serra Talhada, São José do Egito e Triunfo, com 75,7%, 70,8% e 60,9%, respectivamente, com recursos destinados para essa modalidade. Na segunda modalidade mais acessada: manutenção, se evidenciam, Quixaba e Triunfo com 9 contratações ao mesmo tempo, e Afogados da Ingazeira com 8; entretanto proporcionalmente menos que Santa Terezinha, pois apresentava 60% direcionados para a manutenção. Por outro lado, exatamente cinco municípios não realizaram nenhuma contratação, são eles: Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Ingazeira e Solidão.

Na terceira modalidade mais utilizada, o custeio, o município de Flores realizou o maior número de contratações (8), entretanto em termos de proporcionalidade ocupa o 3º lugar com 34,8%; enquanto que Iguaracy e Santa Cruz da Baixa Verde apresentaram respectivamente, 42,9% e 37,5%. A mesma situação ocorrida na finalidade anteriormente citada se repete nesta, onde os cinco municípios que não acessaram a manutenção não realizaram nenhuma contratação nesta modalidade. E, na finalidade menos utilizada, a comercialização, exatamente três municípios a contrataram, a saber: Carnaíba, Santa Cruz da Baixa Verde e Serra Talhada, todavia em termos proporcionais apresentaram 20%, 12,5% e 2,7%, na mesma ordem supracitada como expõe a tabela 6, acima.

Conforme pode ser observada na tabela 7, o perfil do contratante do crédito do PRONAF – V destaca-se o proprietário, em todas as modalidades, o que também ocorre no Pronaf-B. Para a contratação da modalidade de investimento foram 85% realizados pelos proprietários, 5% pelos comodatários, 3% concessionária (o), 3% parceiro (a) e 2% tanto para os arrendatários como ocupantes. Na modalidade de custeio, apenas proprietários, concessionários (a) e parceiros (a) contrataram, sendo 93% por proprietários e um empate

entre as demais condições citadas, de 3,45%. Na modalidade de manutenção houve a participação de 88 % como proprietários (a), 7% comodatário (a) e um empate de 2% para as condições de concessionário (a), arrendatário (a) e parceiro (a). E para a finalidade de comercialização, apenas proprietários (a) e parceiros (a) acessaram o crédito, sendo respectivamente 67% e 33%.

Tabela 7: Perfil da agricultura familiar contratante do crédito do Pronaf – B no Sertão do Pajeú nas quatro modalidades em 2017

Condição do produtor	Investimento	Custeio	Comercialização	Manutenção
Proprietário (a)	85%	93,1%	67%	88%
Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	3%	3,45%	0%	2%
Arrendatário(a)	2%	0%	0%	2%
Parceiro(a)	3%	3,45%	33%	2%
Comodatário(a)	5%	0%	0%	7%
Ocupante	2%	0%	0%	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2017)

Em ambos os grupos do crédito rural do PRONAF (Pronaf – B e Pronaf-V), a principal instituição financeira fornecedora em todos os municípios da microrregião são os bancos, com percentual de 91,30%, os quais não são especificados, mas que podem ser tanto privados quanto públicos. Resultado semelhante é abordado no estudo de Buainain et. al. (2014), onde os bancos oficiais federais possuem tendência para financiar os estabelecimentos agropecuários de pequeno porte enquanto que os bancos privados financiam os de maior porte (gráfico 3). Neste caso, os beneficiários possuem estabelecimentos de pequeno porte, logo os bancos oficiais públicos são os financiadores.

Em segundo lugar está o governo, com percentual de 5,85%, que segundo o IBGE financia com recursos em forma de dinheiro ou insumos por meio de programas

governamentais, tanto em nível municipal, estadual como federal. Neste, se evidencia os municípios de Serra Talhada, Ingazeira e Flores, com os maiores quantitativos de crédito originados por essa via. Em terceiro lugar, estão às cooperativas de crédito, que representam um total de 2,16%, nestas os recursos obtidos foram em forma de dinheiro ou insumos, as quais também não foram especificadas pelo IBGE. Apresentando as maiores contratações nos municípios de Tabira e Serra Talhada (gráfico 3).

Os demais fornecedores representam para a microrregião um percentual de 0,53% para outros agentes, 0,10% para outras instituições financeiras que não sejam bancos ou cooperativas, e um empate de 0,3% para comerciantes de matérias primas e parentes ou amigos. Podendo ser observado no gráfico abaixo (3) essa dinâmica para cada município.

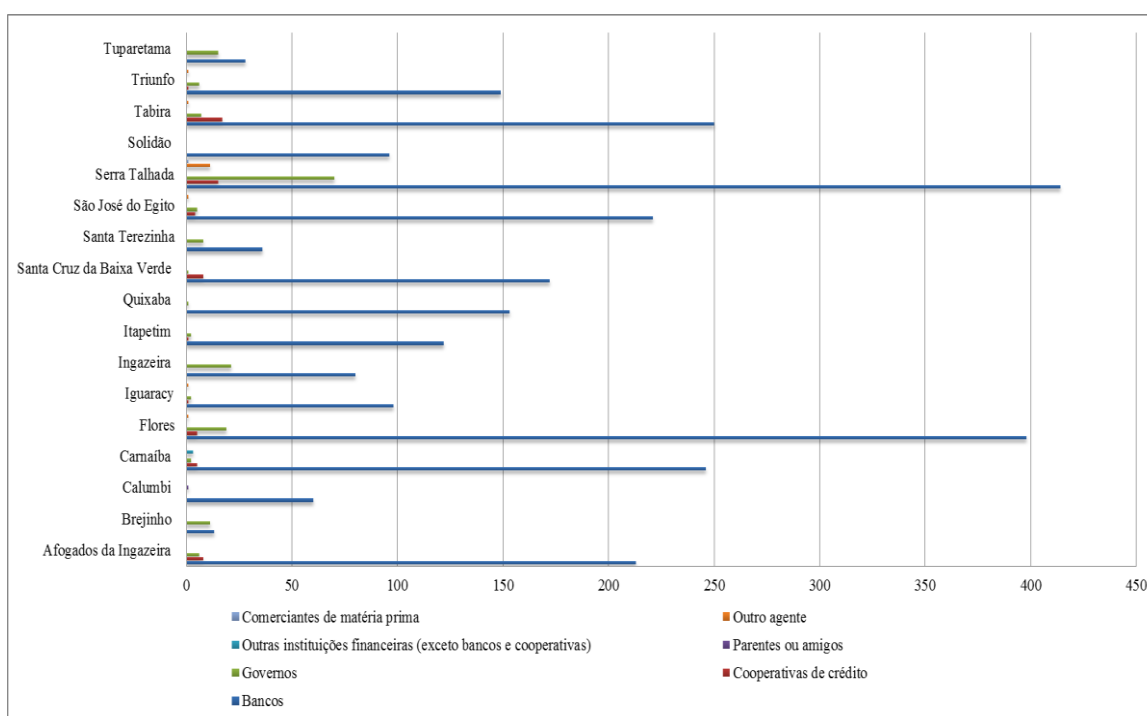


Gráfico 3: Origem do crédito para agricultura familiar do Pronaf-B e Pronaf-V nos municípios do Sertão do Pajeú em 2017

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2017)

4.3. O crédito rural (Pronaf – B e Pronaf-V): suas modalidades, tipos de atividades agropecuárias, áreas dos estabelecimentos e o principal destino da produção

Os créditos contratados, no geral, se destinam para duas principais atividades econômicas na microrregião do Sertão do Pajeú - PE: a produção nas lavouras temporárias, que abrange desde plantação de milho, feijão, cana-de-açúcar, por exemplo, e para a pecuária e criação de outros animais, sendo eles de pequeno, médio ou grande porte. Dentro dessas culturas, alguns municípios da microrregião se destacam a nível estadual no ranking

dos 10 municípios, segundo o IBGE (2017). Serra Talhada ocupava o 4º lugar no estado com produção de 170 toneladas de feijão grão verde; na produção do feijão grão fradinho, Flores ocupava o 3º lugar com 492 toneladas, Serra Talhada o 4º lugar com 489 toneladas e Carnaíba em 7º com 370 toneladas. E se destacam ainda, na produção de Cana de açúcar forrageira, onde Tabira ocupava a 4º posição com 117 toneladas e Carnaíba a 7ª com 96. Quanto à pecuária Serra Talhada se destacava em 9º lugar com bovinos (24.186 cabeças) e em 7º com ovinos (33.609 cabeças). E apenas São José do Egito possui destaque com os galináceos ocupando o 7º lugar no estado com 1.273 cabeças.

Nos estabelecimentos do Pronaf-B, como pode ser observado no gráfico 4, se destaca o município de Flores com 265 contratações destinadas à produção das lavouras temporárias e 128 para a pecuária e criação de outros animais, direcionados principalmente para as finalidades, em ordem de importância, de investimento, manutenção e custeio, para ambas atividades. Serra Talhada se evidencia com 230 contratações orientadas para a produção das lavouras temporárias e 221 para a pecuária e criação de outros animais; por sua vez, as finalidades do crédito se repetem em comparação a Flores, na mesma ordem de importância. Enquanto que, a modalidade de comercialização, não possui notória representatividade pelos estabelecimentos de ambos os municípios.

Em Tabira 192 aquisições de crédito foram destinadas para as modalidades, em ordem de importância, de investimento, comercialização e manutenção para a atividade de pecuária e criação de outros animais. Nota-se que neste município citado, a finalidade de comercialização apresenta uma certa relevância para os estabelecimentos, o que pode estar relacionado a cidade possuir uma importante Feira do Gado que movimenta a economia da cidade (gráfico 4).

São José do Egito igualmente se destaca com a pecuária e criação de outros animais onde os estabelecimentos realizaram um total de 136 contratações, com a finalidade de investimento, custeio e manutenção, nessa ordem de relevância. Em seguida, a cidade de Carnaíba realizou mais investimentos na produção das suas lavouras temporárias com exatamente 149 contratações. E, por fim, Afogados da Ingazeira com destaque para a pecuária e criação de outros animais onde realizou 144 contratações, com a finalidade principal de investimento, seguido da comercialização e custeio (gráfico 4).

Os demais municípios também se destacam nestas duas principais atividades, a produção de lavouras temporárias e a pecuária e criação de animais, as quais contribuem fortemente para a economia desses municípios como da microrregião do Pajeú. As atividades ligadas com a produção de lavouras permanentes, como banana, por exemplo, são

incentivadas por onze municípios que contrataram crédito com a principal finalidade de investimento, embora sejam poucos estabelecimentos; se evidencia nas cidades de Triunfo, Serra Talhada, Santa Terezinha, Calumbi, Tabira, São José do Egito, Itapetim, Iguaracy, Flores, Afogados da Ingazeira e Brejinho (gráfico 4)

Nota-se ainda no gráfico abaixo (4) que na atividade de horticultura e floricultura, se destacam nos municípios de Afogados da Ingazeira, Carnaíba e Serra Talhada, por exemplo, são estimuladas com as contratações de crédito para finalidade de investimento, embora sejam realizadas em pouca quantidade. A produção florestal - florestas nativas são desempenhadas nos municípios de Calumbi, Serra Talhada, Itapetim e Santa Terezinha, com a principal finalidade de investimento e manutenção. E a produção florestal - florestas plantadas nos municípios de Iguaracy, Serra Talhada, Ingazeira e Itapetim com o principal fim o investimento e custeio da produção.

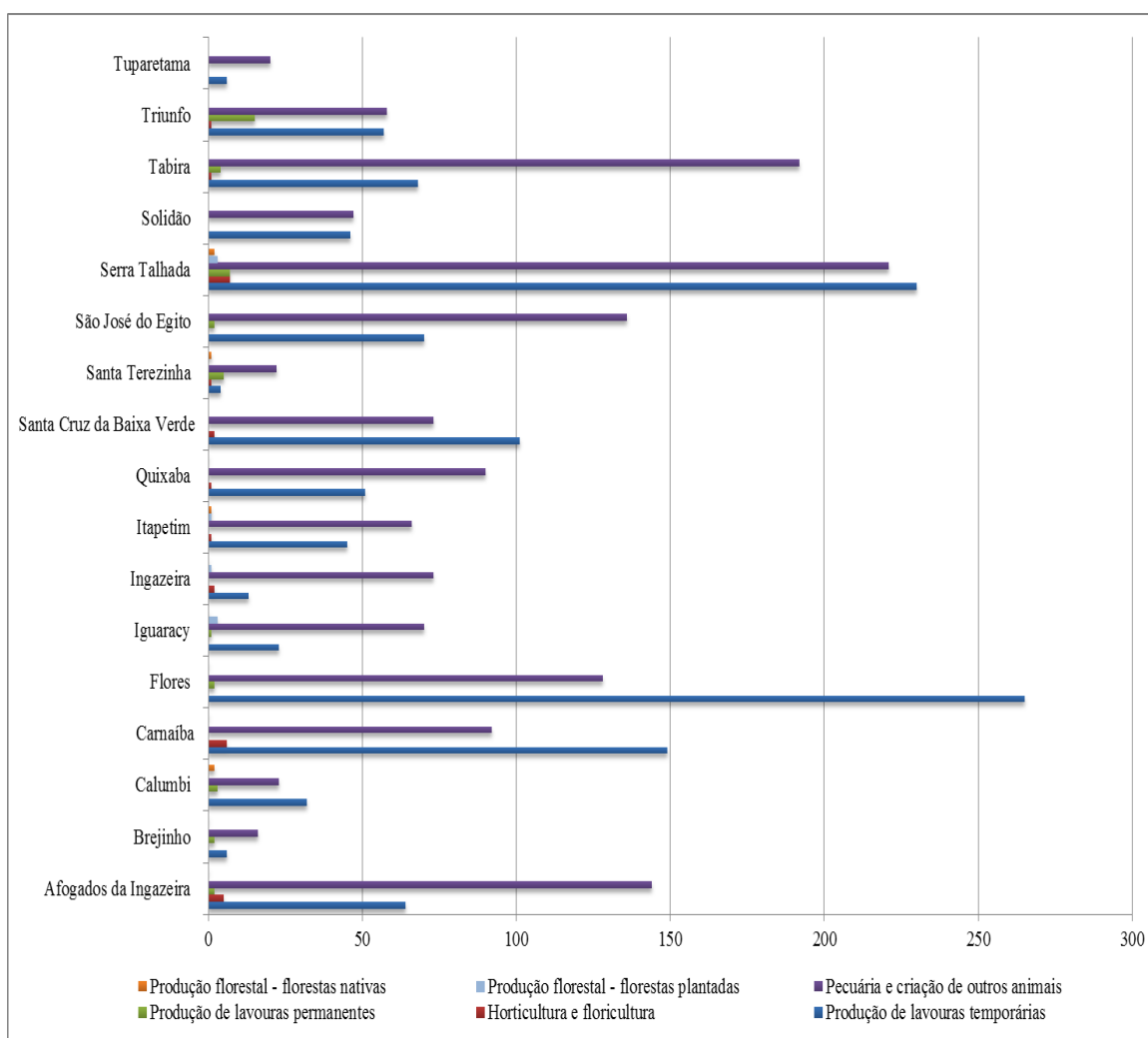


Gráfico 4: Atividades econômicas agropecuárias e o crédito rural - PRONAF – B nos municípios do Sertão do Pajeú em 2017

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2017)

Na linha de crédito rural do Pronaf - V, a pecuária e criação de outros animais têm maior visibilidade, como nota-se no gráfico 5, pois todos os municípios realizaram contratações para esta atividade, exceto Calumbi, que não possui estabelecimentos neste grupo. Os destaques são para Serra Talhada, com 21 contratações, destinadas principalmente para a finalidade de investimento. Em seguida, São José do Egito com 19 contratações, onde além da modalidade de investimento se destaca a de custeio. Quixaba com 12 contratações, para investimento e manutenção do estabelecimento, e Flores com o mesmo quantitativo da cidade anterior, com os principais destinos de investimento, custeio e manutenção.

Para o Pronaf-V, as lavouras temporárias se destacam nas cidades de Triunfo, com 9 contratações, para os principais fins de investimento e a manutenção, e Serra Talhada, com 5 aquisições com a principal finalidade do crédito: o investimento na produção. A produção de lavouras permanentes também foi beneficiada com esta linha de crédito rural, com destaque para Triunfo, com 9 contratações, nas modalidades principais de investimento e manutenção do estabelecimento (gráfico 5).

A horticultura e a floricultura se evidenciam nas cidades de Serra Talhada, São José do Egito, Santa Cruz da Baixa Verde, Itapetim e Afogados da Ingazeira com o direcionamento principal para modalidade de investimento em todos os municípios. E a produção florestal - florestas plantadas se evidencia em Afogados da Ingazeira, em apenas um estabelecimento com foco em investimento (gráfico 5).

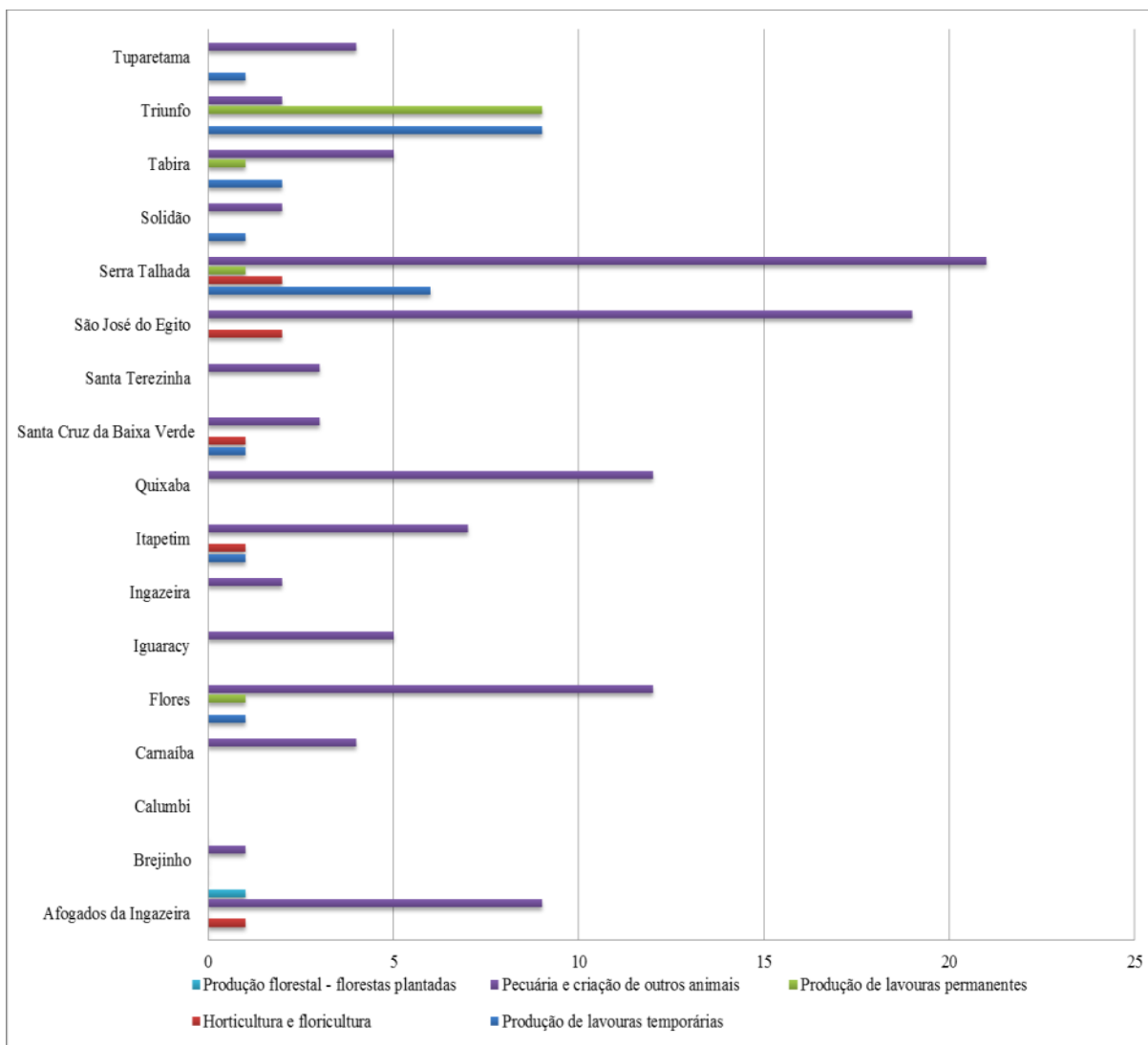


Gráfico 5: Atividades econômicas agropecuárias e o crédito rural do PRONAF – V nos municípios do Sertão do Pajeú em 2017

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2017).

Quanto à área dessas propriedades da agricultura familiar, são consideradas como pequenas propriedades, ou seja, os imóveis estão compreendidos entre 1 a 4 módulos fiscais. Segundo a Embrapa, para grande parte dos municípios da microrregião do Pajeú, 1 módulo fiscal é equivalente a 40 ha. Nesse sentido, os contratos são realizados por agricultores com área de diversos tamanhos, não existindo desse modo um padrão, como se visualiza no gráfico 6.

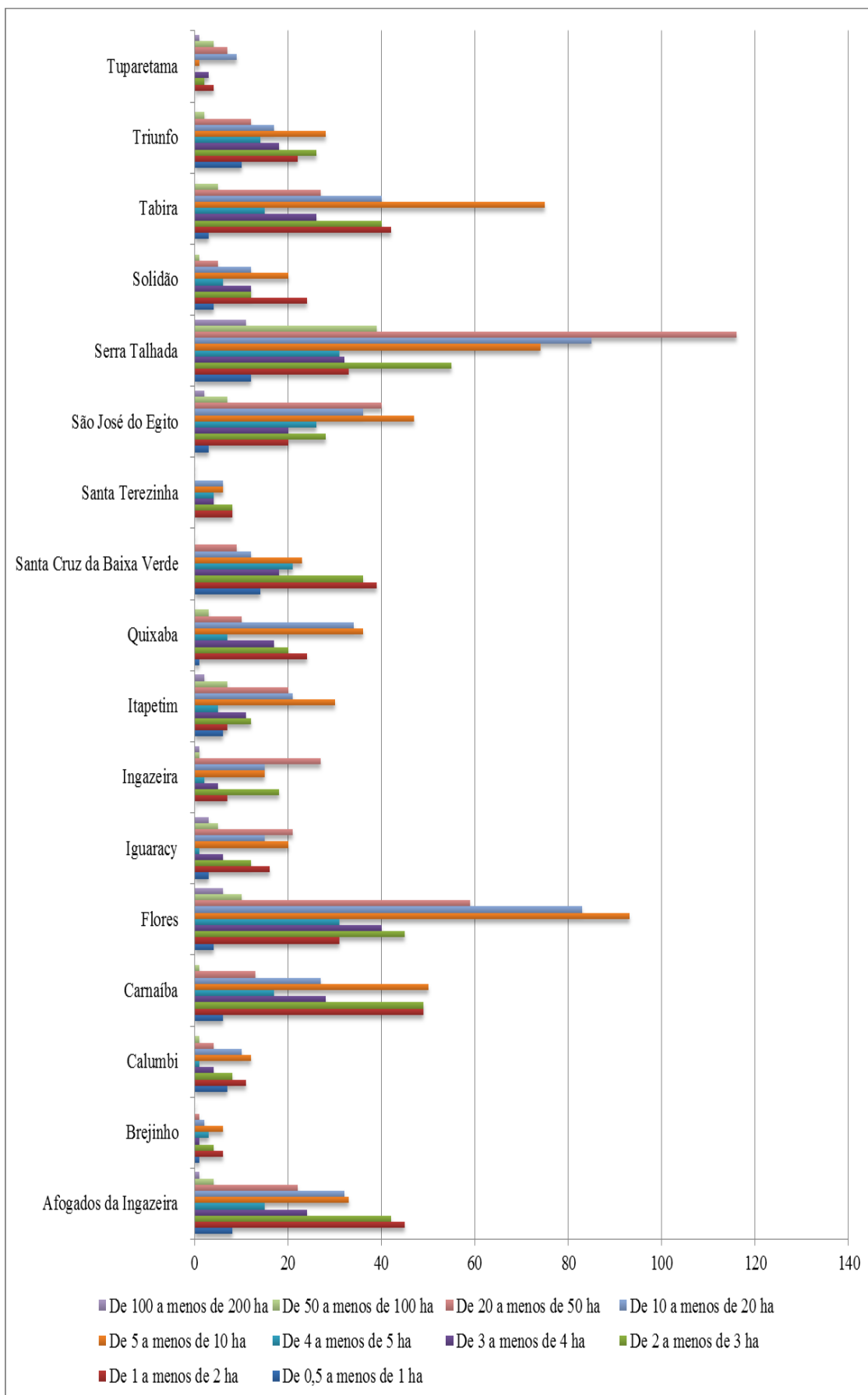


Gráfico 6: Estabelecimentos agropecuários que captaram o crédito rural (Pronaf-B e Pronaf-V) e os hectares médios das propriedades rurais

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2017)

Por conseguinte, empreendimentos rurais com 5 a menos de 10 ha são destaque nas contratações do crédito rural (Pronaf-B e Pronaf-V) e, se destacam nas contratações, os municípios de Flores, Tabira e Serra Talhada. Em seguida empreendimentos de 10 e menos de 20 ha se evidencia para Flores e Serra Talhada, de 2 a menos de 3 ha e de 20 e com menos de 50 ha se destaca simultaneamente o município de Serra Talhada, e de 1 a menos de 2 ha se evidencia Carnaíba com o maior quantitativo de captação de crédito rural (gráfico 6).

Quando observado a produção agropecuária geral da microrregião, através do quantitativo de estabelecimentos com produção vegetal e produção animal e comparado ao quantitativo de estabelecimentos que obtiveram contratos por municípios, nota-se que há uma relação positiva, os municípios que obtiveram um maior número de contratações possuíam mais estabelecimentos com produção, como Serra Talhada, Flores, São José do Egito, Carnaíba, Afogados da Ingazeira e Tabira. Por outro lado, os estabelecimentos dos municípios de Brejinho, Tuparetama, Santa Terezinha e Calumbi, que realizaram poucas contratações, também apresentaram uma quantidade pequena de estabelecimentos com produção agropecuária. Como se observa no gráfico 7.

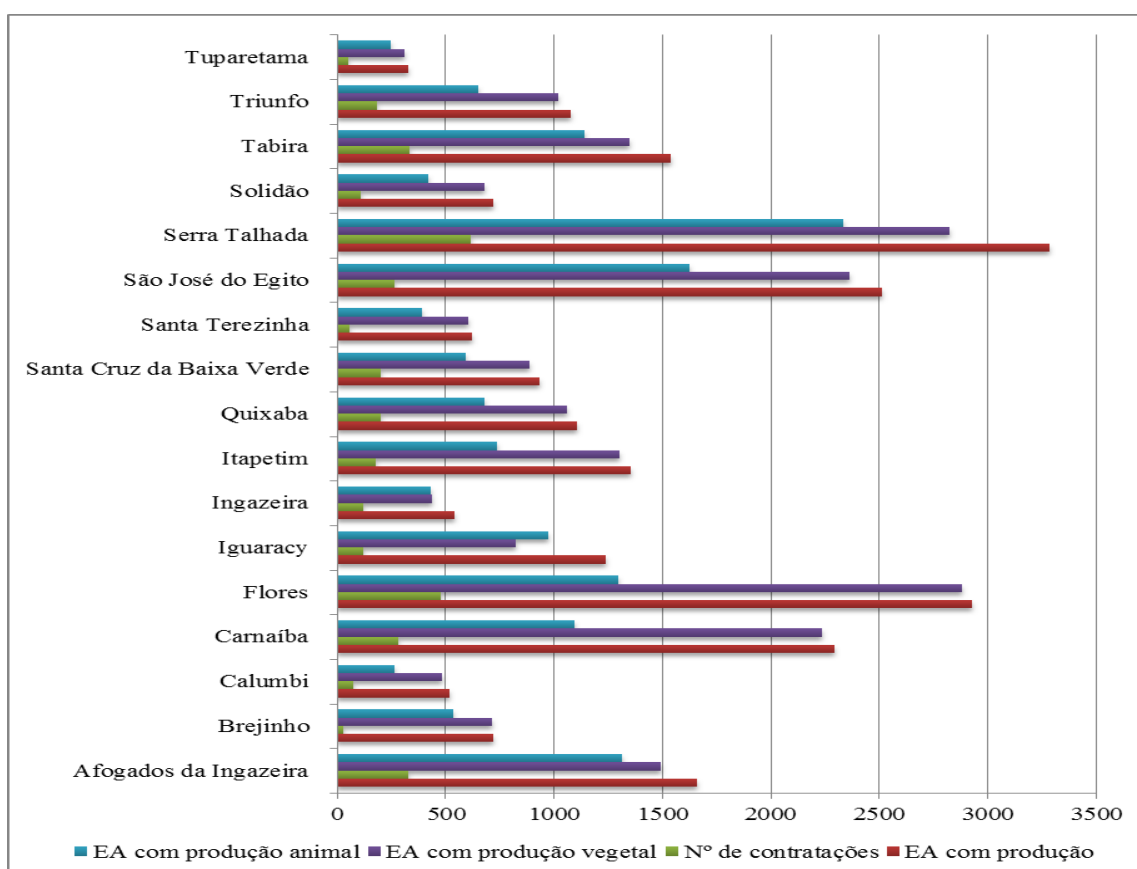


Gráfico 7: Produção agropecuária e o número de Estabelecimentos Agropecuários (EA) que fizeram contratações de crédito nos municípios do Sertão do Pajeú em 2017

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2017)

No geral, a produção agropecuária dos municípios tem como principal fim a própria subsistência dos produtores familiares tanto para estabelecimentos do Pronaf – B quanto para o Pronaf –V. Em contraponto, observa-se que os municípios que mais obtiveram acesso às contratações de crédito rural, possuem mais estabelecimentos com a produção tendo como principal foco a sua comercialização, em comparação àqueles que obtiveram poucas contratações. Por exemplo, nos estabelecimentos do Pronaf-B, o município de São José do Egito possuía 335 unidades voltadas para a comercialização da produção. Seguidos de Serra Talhada com 276, Triunfo com 234 e Afogados da Ingazeira com 105 unidades (tabela 8).

Tabela 8: Principal finalidade da produção agropecuária do estabelecimento familiar (em unidades de estabelecimentos)

Município	Finalidade principal da produção agropecuária do estabelecimento	Agricultura familiar - Pronaf B	Agricultura familiar - Pronaf V
Afogados da Ingazeira (PE)	Consumo próprio	1529	37
	Comercialização	105	24
Brejinho (PE)	Consumo próprio	628	13
	Comercialização	74	13
Calumbi (PE)	Consumo próprio	514	5
	Comercialização	10	4
Carnaíba (PE)	Consumo próprio	2311	30
	Comercialização	75	12

Flores (PE)	Consumo próprio	2858	52
	Comercialização	71	6
Iguaracy (PE)	Consumo próprio	1323	35
	Comercialização	66	14
Ingazeira (PE)	Consumo próprio	543	12
	Comercialização	12	4
Itapetim (PE)	Consumo próprio	1300	34
	Comercialização	46	21
Quixaba (PE)	Consumo próprio	1141	22
	Comercialização	21	14
Santa Cruz da Baixa Verde (PE)	Consumo próprio	887	20
	Comercialização	49	11
Santa Terezinha (PE)	Consumo próprio	548	12
	Comercialização	51	18
São José do Egito (PE)	Consumo próprio	2095	31
	Comercialização	335	104
Serra Talhada (PE)	Consumo próprio	3028	105
	Comercialização	276	58
Solidão (PE)	Consumo próprio	732	10

	Comercialização	6	3
Tabira (PE)	Consumo próprio	1492	57
	Comercialização	27	11
Triunfo (PE)	Consumo próprio	803	48
	Comercialização	234	36
Tuparetama (PE)	Consumo próprio	265	17
	Comercialização	31	14

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2017)

Em relação aos estabelecimentos do Pronaf-V, apenas São José do Egito tinha como foco principal a comercialização da produção, onde 31 unidades destinam-se para subsistência e 104 para a comercialização. Serra Talhada, por exemplo, com 105 unidades que destinavam a produção para o próprio consumo e 58 para a comercialização. Diante disso, apesar da limitação na delimitação do destino da produção sendo apenas para os estabelecimentos que acessaram o crédito, vê-se que há um destaque maior para aqueles que vieram a contratar o crédito rural, conforme demonstram os dados da tabela 8, acima.

Essa produção possuindo como principal foco a subsistência esta diretamente relacionada às dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, que terminam comprometendo a atividade produtiva. Entre os principais fatores estão: o distanciamento dos centros de comercialização, as condições das estradas que durante o percurso podem afetar na qualidade dos produtos, uma vez que são perecíveis. Muitas regiões sofrem com a falta de água, e são muito secas o que impede a execução de atividades e criação de animais. Outro problema está relacionado à falta de recursos para investir na atividade agropecuária e desse modo não produzindo excedente para ser direcionado ao mercado, sendo apenas para o próprio consumo das famílias.

5. CONCLUSÃO

A microrregião do Sertão do Pajeú é uma das doze Regiões de Desenvolvimento de PE, constituída pelos municípios de: Afogados da Ingazeira, Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Flores, Iguaracy, Ingazeira, Itapetim, Quixaba, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, São José do Egito, Serra Talhada, Solidão, Tabira, Triunfo e Tuparetama. Um total de 17 municípios que se caracterizam por forte presença da agricultura familiar em um percentual de 87% dos estabelecimentos agropecuários, sendo os produtores, em sua maioria, os proprietários e administradores de 82% destas unidades de produção.

É majoritária a parcela dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar que destinam os recursos do crédito rural para as atividades de pecuária e criação de outros animais, que vão desde pequeno a grande porte, e ainda as espécies de aves; também se destaca a produção de lavouras temporárias, com o cultivo do milho e do feijão. Estes recursos de crédito estão concentrados em pequenas áreas, onde se destacam empreendimentos rurais com 5 a menos de 10 ha, seguidos de 10 e menos de 20 ha, de 2 a menos de 3 ha, de 20 e com menos de 50 ha e de 1 a menos de 2 ha. Os recursos contratados pelos estabelecimentos, em sua maioria, foram realizados pelos próprios proprietários em suas quatro modalidades: investimento, manutenção, custeio e comercialização. Sendo a primeira opção, destaque em todos os municípios do Sertão do Pajeú, e em ambos os tipos de Pronaf (B e V), onde os produtores se dedicam a realizar investimentos em bens duráveis, aumentar o quantitativo de animais, construir e melhorar as instalações a fim de aprimorar e estimular o processo produtivo de seus estabelecimentos.

O crédito para a comercialização é o menos utilizado por estes estabelecimentos agropecuários, portanto, existem muitas restrições para levar essa produção até o mercado local, que envolvem questões desde a infraestrutura do local até a logística, como também as próprias exigências do mercado com o produto. Para tanto, a modalidade de manutenção do estabelecimento é a segunda mais utilizada, indicando que os produtores estão concentrados em melhorar a estrutura de seus estabelecimentos e assim, conseguir mantê-los. Quanto ao crédito de custeio, são ainda muito reduzidos os contratos, uma vez que é destinado para compra de vacinas ou para pagar os serviços realizados por terceiros no estabelecimento. Motivações para essa redução se deve a grande maioria dos estabelecimentos se constituir apenas de mão de obra familiar, não necessitando de recursos para custear a mão de obra.

Estas contratações de crédito possuem como principal instituição financeira, os bancos públicos e, em segundo lugar, o governo, que opera financiando por meio de insumos ou dinheiro através de programas governamentais – como o Pronaf. Além disso, é

notório que o agricultor familiar busca outros meios de acesso ao crédito, não envolvendo, necessariamente, instituições financeiras, ou seja, parente ou amigo e comerciantes de matérias-primas também concedem o crédito. E isto, pode estar relacionado às restrições encontradas, como as burocracias bancárias, estarem inadimplentes, enfrentarem dificuldades na produção, por exemplo, e, por isso, recorrem a outras formas de obtenção do crédito.

Os municípios de Serra Talhada, Flores, Tabira, Afogados da Ingazeira, Carnaíba e São José do Egito apresentaram estabelecimentos agropecuários com mais captações de crédito, simultaneamente, possuíam uma quantidade produzida mais elevada em seus estabelecimentos, ou seja, obtiveram uma produção maior e um valor de produção mais elevado. Contrariamente, as cidades de Brejinho, Tuparetama, Santa Terezinha e Calumbi tiveram menos contratações, por estabelecimento agropecuário, expressando uma produção mais baixa e conseqüentemente um valor de produção menor. Esta mesma lógica se segue para a comercialização dos produtos, quem mais produz, mais comercializa, e assim aquece o mercado local.

Notou-se que, apesar da microrregião apresentar um elevado quantitativo de estabelecimentos da agricultura familiar, possui uma baixa aquisição de crédito rural. Isso pode estar relacionado com os fatores ligados às condições climáticas, variável não controlável na atividade agropecuária, assimetria de informações, burocracias institucionais, entraves bancários, a falta de informação e renda do produtor. Sendo estes últimos, os principais fatores, uma vez que grande parte dos agricultores familiares possui um baixo grau de instrução e são pouco capitalizados, com produção voltada apenas para subsistência da família e não conseguem produzir excedentes para direcionar ao mercado local.

Diante disso, este trabalho de monografia alcançou os objetivos estabelecidos e confirmou a hipóteses proposta, onde os municípios que realizaram mais contratos obtiveram uma maior oferta de produtos agropecuários em comparação àqueles que realizaram poucas contratações de crédito rural. Sendo assim, o crédito rural desempenha uma importante função para alavancar a atividade agropecuária, nas suas modalidades de investimento, custeio, comercialização e manutenção dos estabelecimentos agropecuários. Portanto, devem ser estimuladas e apoiadas pelas instituições públicas e privadas, sendo preciso um processo de acompanhamento e mapeamento desses agricultores familiares, a fim de encontrar possíveis falhas, dificuldades e limitações, buscando soluções viáveis, visando à efetividade e maior amplitude de acesso, de modo a estimular a geração de renda e

emprego e, conseqüentemente, o fortalecimento da agricultura familiar na microrregião do Sertão do Pajeú.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, J. R., SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C., SCHNEIDER, S.(orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015, pp. 53-81.

AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM. **Regionalização do Estado de Pernambuco**. Disponível em:

<http://www2.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=19984&folderId=143436&name=DLFE-12639.pdf>. Acesso em: 21 mai 2022.

AQUINO, J, R. ALVES, M. O, VIDAL, M. F. Agricultura Familiar no Nordeste do Brasil: Um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. In: BANCO DO NORDESTE.(org.) **Agricultura familiar no Nordeste: olhares a partir do Censo Agropecuário 2017**. Fortaleza: v. 51, Revista Econômica do Nordeste, 2020, suplemento especial, p. 31-54.

AQUINO, J. R; VIDAL, M. F.; ALVES, M. O. **Políticas públicas de adaptação à seca prolongada no Nordeste: O papel do PRONAF e do Garantia-Safra**. In: Anais do 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) & 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC). Anais...Brasília(DF) UnB, 2021. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/soberebpc2021/342588-POLITICAS-PUBLICAS-DE-ADAPTACAO-A-SECA-PROLONGADA-NO-NORDESTE--O-PAPEL-DO-PRONAF-E-DO-GARANTIA-SAFRA>>. Acesso em: 02 mai 2022.

BANCO DO NORDESTE. **Informações Socioeconômicas - território: Sertão do Pajeú/PE**. Disponível em: <<https://bnb.gov.br/documents/45799/1015724/Informa%C3%A7%C3%B5es+Socioecon%C3%B4micas+-+Sert%C3%A3o+do+Paje%C3%BA-PE+-+2019.pdf/cc7716ce-b579-67bc-f5ed-cd0b8a7c709d?version=1.1&t=1647014383405&download=true>> . Acesso em: 20 agost 2022.

BACEN. **Crédito Rural**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/creditorural>> Acesso em 03 mai 22.

BACEN. **Manual do Crédito Rural**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr> Acesso em: 10 mai 2022.

BACHA, C. J. C. Papel da Agropecuária no Desenvolvimento Econômico. In: _____. **Economia e Política Agrícola no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012. pp. 21-72.

BACELAR, T., FAVARETO, A. O papel da agricultura familiar para um novo desenvolvimento regional no Nordeste - Uma Homenagem a Celso Furtado. In: BANCO DO NORDESTE.(org.) **Agricultura familiar no Nordeste: olhares a partir do Censo Agropecuário 2017**. Fortaleza: v. 51, Revista Econômica do Nordeste, 2020, suplemento especial, p. 9-29.

BRASIL, Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. [On-line] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 5 mai 2022.

BRASIL, Lei nº 12.427, de setembro de 2003. **Plano Plurianual do Estado para o quadriênio 2004-2007 e dá outras providências. (On-line)**. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=5858&tipo=TEXTTOORIGINAL>>. Acesso em: 20 mai 2022.

BRASIL. Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965. **Institucionaliza o crédito rural. (On-line)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14829.htm> . Acesso em: 20 agost 2022.

BUAINAIN, A. M.; SANTANA, C. A. M; SILVA, F. P; GARCIA, J. R.; LOYOLA, P. O tripé da política agrícola brasileira: crédito rural, seguro e PRONAF. IN: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. (org.) **O mundo rural no Brasil do século XXI: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: EMBRAPA, 2014, pag. 827-864.

CARNEIRO, W. M. A, LIMA, Y. C. **Análise da Agricultura do Nordeste no Início do Século XXI**. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/45799/1057811/An%C3%A1lise+da+Agricultura+do+N>

ordeste+no+In%C3%ADcio+do+S%C3%A9culo+XXI.pdf/4817dc0d-0f22-85b3-e072-78ac076468db?t=1648743929861&download=true Acesso em: 20 agost 2022.

COSTA & VIEIRA FILHO. **Choque de oferta no crédito rural e seu impacto produtivo na agricultura.** Cap. 5, 2018. https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34343&Itemid=433

CRUZ, N. B., JESUS, J. G., BACHA, C. J. C. & COSTA, E. M. (2020). **Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil.** Revista de Economia e Sociologia Rural, 59(3), e226850. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.226850>

DELGADO, N. G. Política Econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, Sérgio. (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil.** Porto Alegre: Ed. da universidade/UFRGS, 2001, p. 15-29.

DIAS, T. K. M., SILVA, V. H. M. C., COSTA, E. M. (2022). **Crédito rural e produção das lavouras temporárias nos distintos cenários do Nordeste brasileiro.** Revista de Economia e Sociologia Rural, 61(1), e247380. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.247380>

EMBRAPA. **Módulos Fiscais.** Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>> Acesso em: 20 agost 2022.

FEIJÓ, R. L. C. **Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural.** Rio de Janeiro: LTC, 2015.

FREITAS, C. O. ; SILVA, F. A.; TEIXEIRA, E. C. **Crédito Rural e desempenho produtivo:** Uma análise a partir do Censo Agropecuário de 2017. In: Anais do 58º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 26 a 28 de outubro de 2020, Foz do Iguaçu-PR: Cooperativismo, inovação e sustentabilidade para o desenvolvimento rural. Anais...Foz do Iguaçu(PR) UNIOESTE, 2020. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/sober2020/246103-CREDITO-RURAL-E-DESEMPENHO-PRODUTIVO--UMA-ANALISE-A-PARTIR-DO-CENSO-AGROPECUARIO-DE-2017>>. Acesso em: 15 abr 2022

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, C., KATO, K., ZIMMERMANN, S. A. O rural nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. In: MIRANDA, C. (org.). **Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros**: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas. Brasília: IICA, 2017 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 22)

GUANZIROLI, C. E. **PRONAF dez anos depois**: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. Rio de Janeiro: RER, vol. 45, nº 02, p. 301-328, 2017.

IBGE. **Brasil em síntese – agropecuária**. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/agropecuaria.html>> Acesso em: 10 mai 2022.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: Resultados definitivos**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: diversas datas

IBGE. **Censo Agro 2017: Resultados definitivos**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 30 set 2022.

DELGROSSI, M. E. **Algoritmo para delimitação da agricultura familiar agropecuária 2017, visando a inclusão da variável no banco de dados do censo, disponível para ampla consulta**. Disponível em: <[https://sidra.ibge.gov.br/Content/Documentos/CA/Metodologia%20Agricultura%20familiar%20\(IBGE\)%20DelGrossi%20final%205jun2019.pdf](https://sidra.ibge.gov.br/Content/Documentos/CA/Metodologia%20Agricultura%20familiar%20(IBGE)%20DelGrossi%20final%205jun2019.pdf)> . Acesso em: 15 agost 2022.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Desempenho do Crédito Rural na Safra 2021/22**. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/credito-rural/desempenho-do-credito-rural-na-safra-2021-22>> Acesso em: 01 abr 2022.

MAIA, G. B. S., PINTO, A. R. **Agroamigo**: uma análise de sua importância no desempenho do PRONAF B. Revista Econômica do Nordeste, 46(1), 2015.

MOURA, F. R. **O nexos causal entre crédito rural e crescimento do produto agropecuário na economia brasileira** (Tese de doutorado). Escola Superior de Agricultura

Luiz Queiroz, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-22062016-163722/en.php>. Acesso em: 11 mai 2022.

PEREIRA, T. S. **Análise do PRONAF e o desenvolvimento rural no município de Sumé/Paraíba.** Sumé - PB: [s.n], 2017. Disponível: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/4666/3/TUANE%20SOARES%20PEREIRA%20-%20TCC%20GEST%c3%83O%20P%c3%9aBLICA%202017..pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SAMPAIO, Y.; VITAL, T. Agricultura Familiar em Pernambuco: O que diz o Censo Agropecuário de 2017. Um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. In: BANCO DO NORDESTE.(org.) **Agricultura familiar no Nordeste: olhares a partir do Censo Agropecuário 2017.** Fortaleza: v. 51, Revista Econômica do Nordeste, 2020, suplemento especial, p. 153-169.

SANTANA, A. S; SANTOS, G. R; FREITAS, R. E. **Espacialização dos dados de crédito rural no Brasil:** Regiões e Biomas. Disponível em: <<https://sober.org.br/wp-content/uploads/2020/03/9463.pdf>> Acesso em: 22 abr. 2022.

SANTOS, R. B. N; BRAGA, M. J. **Impactos do crédito rural na produtividade da terra e do trabalho nas regiões brasileiras.** Economia Aplicada, v.17, n.3, 2013.

SERVO, F. **Evolução do crédito rural nos últimos anos-safra.** IPEA, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9286/1/cc_43_nt_evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20cr%C3%A9dito_rural.pdf> Acesso em: 04 abr. 2022.

SCHNEIDER, S., CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas. In: DELGADO, G. C; BERGAMASCO, S. M. O. P. (orgs.). **Agricultura familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro.** Brasília: Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, 2017, pp. 84-109.

SCHNEIDER, S. , GRISA, C. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In:____.(orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural do Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2015, pp. 20-51.

VERSYPLE, N. I et. al. **Microrregião Pajeú: Economia, clima e desenvolvimento da agricultura através do modelo digital do terreno**. Recife: Revista GEAMA, 2015, v.1. Disponível em: <<http://ead.codai.ufrpe.br/index.php/geama/article/view/478/1238> >. Acesso em: 20 agost 2022.

Zeller, M., & Schiesari, C. (2020). **A desigual alocação de recursos do PRONAF: quais fatores determinam a intensidade do programa no Brasil?** Revista de Economia e Sociologia Rural, 58(3), e207126. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.207126>

ANEXOS

ANEXO A

Tabela - Grau de instrução dos produtores nos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar

Escolaridade do produtor	TOTAL	AGF	% AGF
Alfabetização de jovens e adultos – AJA	297	267	1%
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)	169	148	1%
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	921	785	3%
Antigo primário (elementar)	4570	4096	17%
Classe de alfabetização - CA	6755	5989	25%
EJA - educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	124	107	0%
EJA - Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou do 2º grau	103	84	0%
Mestrado ou doutorado	18	6	0%
Não se aplica	7	0	0%
Nunca frequentou escola	5583	5200	21%
Regular de ensino médio ou 2º grau	2906	2244	9%
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	5925	5113	21%

Superior - graduação	394	236	1%
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	170	128	1%
TOTAL	27942	24403	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2017)

ANEXO B

Tabela 2: Área dos estabelecimentos agropecuários (em hectares)

Município	Agricultura familiar - não	%	Agricultura familiar - sim	%
Afogados da Ingazeira (PE)	5804,1	27%	15670,7	73%
Brejinho (PE)	2344,1	30%	5530,9	70%
Calumbi (PE)	1871,8	30%	4273,3	70%
Carnaíba (PE)	2697,4	16%	14285,7	84%
Flores (PE)	12675,1	29%	31562,9	71%
Iguaracy (PE)	16622	39%	25859,3	61%
Ingazeira (PE)	4695,4	36%	8447,8	64%
Itapetim (PE)	7155,2	29%	17638,9	71%
Quixaba (PE)	2471,1	20%	9743,9	80%
Santa Cruz da Baixa Verde (PE)	828	14%	4897,5	86%
Santa Terezinha (PE)	2546,5	30%	5904,6	70%
São José do Egito (PE)	12165	30%	29061,1	70%
Serra Talhada (PE)	91039,3	53%	80898,6	47%
Solidão (PE)	656,4	11%	5578	89%

Tabira (PE)	4640,6	23%	15315	77%
Triunfo (PE)	3232	32%	6741,2	68%
Tuparetama (PE)	5544,9	50%	5575,2	50%
Total	176988,9		286984,6	
Percentual	38%		62%	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2017)

ANEXO C

1) FILTROS UTILIZADOS PARA COLETA DOS DADOS:

a) PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR

- **Sexo do produtor**

Tabela 6779 – Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, origem da orientação técnica recebida, sexo do produtor, condição do produtor em relação às terras, classe de idade do produtor e escolaridade do produtor.

Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)

Tipologia: Agricultura familiar – Pronaf – B

Agricultura familiar – Pronaf – V

Sexo do produtor – Homem e mulher

Seleção dos 17 municípios

Obs.: nas outras variáveis apresentadas selecionar apenas a opção “total”

- **Escolaridade**

Tabela 6779 - Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, origem da orientação técnica recebida, sexo do produtor, condição do produtor em relação às terras, classe de idade do produtor e escolaridade do produtor.

Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)

Tipologia: Agricultura familiar – Pronaf – B

Agricultura familiar – Pronaf – V

Escolaridade do produtor – todas as opções

Seleção dos 17 municípios

Obs.: nas outras variáveis apresentadas selecionar apenas a opção “total”

- **Condição do produtor em relação às terras**

Tabela 6753 - Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, condição legal das terras, condição do produtor em relação às terras e sexo do produtor.

Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)

Tipologia: Agricultura familiar – Pronaf – B

Agricultura familiar – Pronaf – V

Condição do produtor em relação às terras – exceto a opção “produtor sem área”

Seleção dos 17 municípios

Obs.: nas outras variáveis apresentadas selecionar apenas a opção “total”

- **Grupos de atividade econômica**

Tabela 6896 - Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento, por tipologia, finalidade do financiamento, condição do produtor em relação às terras, agente financeiro responsável pelo financiamento, grupos de atividade econômica e grupos de área total.

Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento (Unidades)

Tipologia: Agricultura familiar – Pronaf – B

Agricultura familiar – Pronaf – V

Finalidade do financiamento: investimento, custeio, comercialização e manutenção do estabelecimento.

Grupos de atividade econômica – todas as opções

Seleção dos 17 municípios

Obs.: nas outras variáveis apresentadas selecionar apenas a opção “Total”

b) CRÉDITO RURAL – FINALIDADES DO FINANCIAMENTO DO PRONAF

- **Investimento, custeio, comercialização e manutenção do estabelecimento**

Tabela 6896 - Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento, por tipologia, finalidade do financiamento, condição do produtor em relação às terras, agente financeiro responsável pelo financiamento, grupos de atividade econômica e grupos de área total.

Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento (Unidades)

Tipologia: Agricultura familiar – Pronaf – B

Agricultura familiar – Pronaf – V

Finalidade do financiamento: investimento, custeio, comercialização e manutenção do estabelecimento

Seleção dos 17 municípios

Obs.: nas outras variáveis apresentadas selecionar apenas a opção “total”

- **Perfil do contratante**

Tabela 6896 - Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento, por tipologia, finalidade do financiamento, condição do produtor em relação às terras, agente financeiro responsável pelo financiamento, grupos de atividade econômica e grupos de área total.

Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento (Unidades)

Tipologia: Agricultura familiar – Pronaf – B

Agricultura familiar – Pronaf – V

Finalidade do financiamento: investimento, custeio, comercialização e manutenção do estabelecimento

Condição do produtor em relação às terras - exceto a opção “produtor sem área”

Seleção dos 17 municípios

Obs.: nas outras variáveis apresentadas selecionar apenas a opção “total”

- **Instituições financeiras**

Tabela 6896 - Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento, por tipologia, finalidade do financiamento, condição do produtor em relação às terras, agente financeiro responsável pelo financiamento, grupos de atividade econômica e grupos de área total.

Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento (Unidades)

Tipologia: Agricultura familiar – Pronaf – B

Agricultura familiar – Pronaf – V

Finalidade do financiamento: investimento, custeio, comercialização e manutenção do estabelecimento

Agente financeiro responsável pelo financiamento – todas as opções

Seleção dos 17 Municípios

c) ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO

• **Área do estabelecimento**

Tabela 6896 - Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento, por tipologia, finalidade do financiamento, condição do produtor em relação às terras, agente financeiro responsável pelo financiamento, grupos de atividade econômica e grupos de área total.

Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento (Unidades)

Tipologia: Agricultura familiar – Pronaf – B

Agricultura familiar – Pronaf – V

Finalidade do financiamento: investimento, custeio, comercialização e manutenção do estabelecimento

Grupos de área total – exceto a opção “produtor sem área”

Grupo de atividade econômica: total

Seleção dos 17 Municípios

Obs.: nas outras variáveis apresentadas selecionar apenas a opção “total”

• **Finalidade da produção – comercialização ou subsistência**

Tabela 6773 - Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, condição legal do produtor, residência da pessoa que dirige o estabelecimento, finalidade principal da produção agropecuária do estabelecimento, renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento e associação do produtor à cooperativa e/ou à entidade de classe

Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)

Tipologia: Agricultura familiar – Pronaf – B

Agricultura familiar – Pronaf – V

Finalidade principal da produção agropecuária do estabelecimento: Consumo próprio e Comercialização

Seleção dos 17 Municípios

Obs.: nas outras variáveis apresentadas selecionar apenas a opção “total”

• **Tipo de produção – animal e vegetal**

Tabela 6898 - Número de estabelecimentos agropecuários com produção e Valor da produção dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, tipo de produção, classes de valor da produção e grupos de área total.

Número de estabelecimentos agropecuários com produção (Unidades)

Tipologia: Agricultura familiar – Pronaf – B

Agricultura familiar – Pronaf – V

Tipo de produção: Vegetal e Animal

Seleção dos 17 Municípios

Obs.: nas outras variáveis apresentadas selecionar apenas a opção “total”